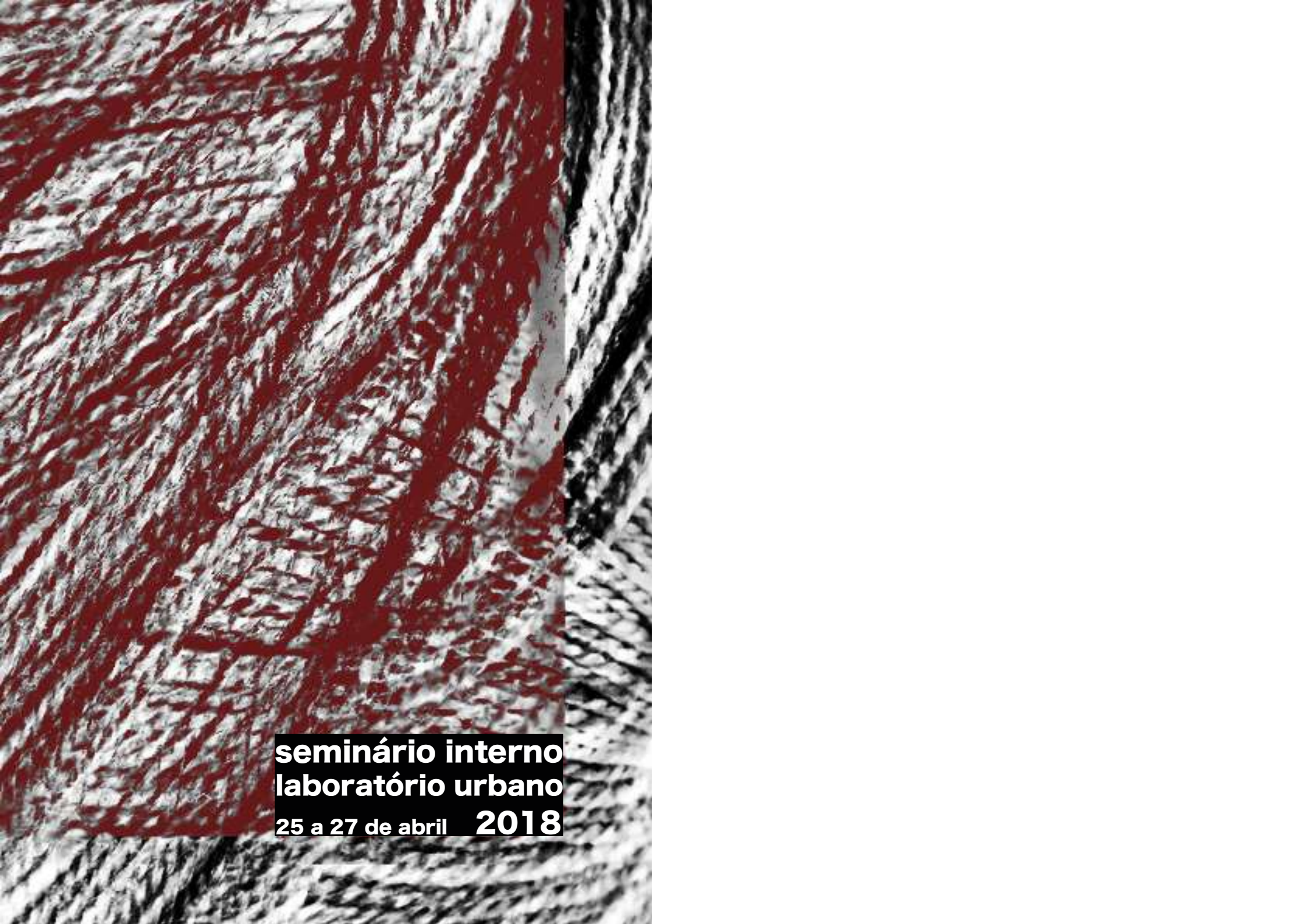




seminário interno
laboratório urbano
25 a 27 de abril 2018

seminário interno
laboratório urbano
25 a 27 de abril 2018

índice

Laboratório urbano	06
Pesquisadores membros	08
Apresentação do seminário	10
Programação	12
Pesquisas individuais	15
Pesquisas coletivas	103

Trabalhos por ordem de apresentação

Devir-criança e a cidade: histórias do Centro de Vitória (ES)	16
Camila Benezath Rodrigues Ferraz	
Brinquedo. Brincadeira. Fabulação: narrativas urbanas que relacionam criança e cidade como potência de crítica ao urbanismo moderno	20
Igor Gonçalves Queiroz	
Arqueologia da cidade moderna brasileira: As culturas “primitivas” na trajetória intelectual de Lucio Costa	26
Dilton Lopes de Almeida Júnior	
Antologia dos Silêncios: Experiências Críticas e Alternativas na Historiografia da Arquitetura e do Urbanismo (1950-2010)	36
Ícaro Vilça Nunesmaia Cerqueira	
Estudo das co-implicações espaço e corpo na atuação dos arquitetos e urbanistas: por uma espacialidade dançante em constante devir	38
Clara Passaro Gonçalves Martins	
(Sem título)	42
Janaina Chavier Silva	
Fazendo ponto: corpo, cidade e práticas sexuais	44
João Soares Pena	
Opacidades, blackouts e holofotes: A narração da noite na cidade e no urbanismo	48
Osnildo Adão Wan-Dall Junior	

Pensar a cidade por Atlas: A Península de Itapagipe como campo de experimentação do atlas como forma visual de conhecimento da cidade	52
Daniel Sabóia Almeida Barreto	
Resistir a pé: deslocamentos de sentido no caminhar	58
Bárbara Brena Rocha dos Santos	
Práticas e redes: a ocupação do espaço público na cidade de São Paulo	62
Rafaela Lino Izeli	
“Pega a visão”: territorialidades de moradores de rua na cidade de Salvador	68
Anna Raquelle Edington Anselmo da Silva	
Cidades em disrupção: Uma teoria das urbanidades excremenciais	74
Cícero Menezes da Silva	
Arte urbana	78
Ygor de Andrade Araujo	
(Sem título)	84
Gaio Matos	
Patrimoniologia: o lusco fusco entre hegemonia e emergências	86
Helena Tuler Creston	
Disputas no limiar mar-cidade: Investidas sobre o território marítimo de Salvador	92
Janaina Lisiak	
Planos urbanísticos para a Ufba	98
Fábio Pina	
Arquivo Laboratório Urbano	104
Eduardo Rocha e Janaina Bechler (coords.)	
Urbanidades Liminares	108
Thaís Troncon Rosa (coord.)	
Imaginários e Visibilidades: práticas urbanas em fotografias soteropolitanas (1940-1970)	110
Junia Cambraia Mortimer (coord.)	
Cronologia do pensamento urbanístico: campos de debates sobre moderno, popular e participação	112
Paola Berenstein Jacques, Junia Cambraia Mortimer e Thaís Troncon Rosa (coords.)	

laboratório urbano

O Laboratório Urbano é um Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq [DGP/CNPq] desde 2002. Este site reúne e divulga as atividades de pesquisa, ensino e extensão realizadas por seus membros ou parceiros (laboratórios, grupos, redes de pesquisa). O Grupo faz parte da linha de pesquisa “Processos Urbanos Contemporâneos” do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia [PPG-AU/FAUFBA]. Seu principal foco de pesquisa e estudos é o *urbanismo contemporâneo*. O Grupo investiga e propõe – no sentido de melhor compreender a complexidade da cidade contemporânea – diferentes experiências metodológicas e propositivas a partir de três linhas de pesquisa articuladas entre si.

Apreensão crítica da cidade contemporânea

Reúne estudos críticos à espetacularização urbana contemporânea que desviem pelas micro-resistências urbanas e outros modos não-planejados de apropriação do espaço urbano. Questiona-se o papel do arquiteto-urbanista assim como do campo disciplinar do urbanismo enquanto um saber/poder consensual. Várias categorias são assim tensionadas: formal/informal, planejado/não-planejado, projeto/cartografia etc, buscando-se uma abertura do campo do urbanismo através de outras possibilidades de compreensão e ação urbana como: o jogo, o profano, o opaco, o comum, o cotidiano, o micro, o processual, o movimento, o momentâneo, o errante etc. Seu objetivo geral é buscar outras formas de apreensão dos espaços urbanos/públicos contemporâneos.

Estética, corpo e cidade

Dirigida ao estudo das co-implicações entre corpo, cidade e estética. Pretende-se buscar a dimensão estética como forma de apreender e pensar a cidade. Estuda-se também as ações e experiências corporais e cotidianas no espaço público, em particular na rua, entendida como território instável. Os trabalhos artísticos são pensados como outra possibilidade de compreensão crítica dos conflitos e dissensos urbanos tendo por foco prioritário a escala do corpo em sua singularidade. Uma análise das práticas e ações cotidianas é feita na tentativa de se relacionar a construção de territórios urbanos e a construção de subjetividades. Seu objetivo geral é de, através das questões estéticas e/ou do corpo, problematizar as questões urbanas.

Historiografia e pensamento urbanístico

Dedicada à pesquisa historiográfica, busca mapear as redes complexas que construíram e ainda constroem o pensamento urbanístico. Exercita-se uma teoria da história que, apesar de construir uma cronologia, suspeita da visão linear, contínua, evolucionista, icônica e fechada. A construção da Cronologia do Pensamento Urbanístico busca ser crítica e complexa, evitando-se um discurso pacificador dos processos históricos. Questiona-se a pertinência e/ou adequação do uso de noções como transferência, modelo e/ou influência e busca-se cartografar as resistências ao pensamento urbanístico hegemônico. Seu objetivo geral é contribuir para uma melhor compreensão da circulação das idéias urbanísticas.

PESQUISADORES MEMBROS

Professores

Eduardo Rocha Lima PPG-AU/FAUFBA
Fabiana Dutra Britto PPGDança/UFBA
Francisco de Assis Costa PPG-AU/FAUFBA
Ícaro Vilaça Nunesmaia Cerqueira PPG-AU/FAUFBA
Junia Cambraia Mortimer PPG-AU/FAUFBA
Leandro de Sousa Cruz PPG-AU/FAUFBA
Luis Antonio de Souza PPG-AU/FAUFBA – Urbanismo/UNEB
Margareth da Silva Pereira PROURB/UFRJ – PQ CNPq
Paola Berenstein Jacques PPG-AU/FAUFBA – PQ CNPq | coordenadora geral
Pasqualino Romano Magnavita PPG-AU/FAUFBA – PQ CNPq
Thaís Troncon Rosa PPG-AU/FAUFBA

Graduação

Trabalho Final de Graduação **Bruna Menezes**
I.C. - Cronologia do Pensamento Urbanístico **Elisa Vieira Lago**
I.C. - Arquivo Laboratório Urbano **João Caribé**
I.C. - Cronologia do Pensamento Urbanístico **Leonardo Vieira**
I.C. - Arquivo Laboratório Urbano **Marcelo Marques**
I.C. - Cronologia do Pensamento Urbanístico **Marina Silveira Muniz Ferreira**
Apoio Técnico **Thiago Magri**

Mestrado

Anna Raquelle Edington Anselmo da Silva
Bárbara Brena Rocha dos Santos
Daniel Sabóia Almeida Barreto
Fábio Pina
Igor Gonçalves Queiroz
Lorena Costa Souza
Rafaela Lino Izeli
Ygor de Andrade Araujo

Doutorado

Camila Benezath Rodrigues Ferraz
Cícero Menezes da Silva
Clara Passaro Gonçalves Martins
Dilton Lopes de Almeida Júnior
Gaio Matos
Helena Tuler Creston
Ícaro Vilaça Nunesmaia Cerqueira
Janaina Chavier Silva
João Soares Pena
Osnildo Adão Wan-Dall Junior

Pós-doutorado

Janaina Bechler

PARTICIPANTES

mestrado **Anna Raquelle Edington Anselmo da Silva**
mestrado **Bárbara Brena Rocha dos Santos**
doutorado **Camila Benezath Rodrigues Ferraz**
doutorado **Cícero Menezes da Silva**
doutorado **Clara Passaro Gonçalves Martins**
mestrado **Daniel Sabóia Almeida Barreto**
doutorado **Dilton Lopes de Almeida Júnior**
mestrado **Fábio Pina**
doutorado **Gaio Matos**
doutorado **Helena Tuler Creston**
doutorado **Ícaro Vilaça Nunesmaia Cerqueira**
mestrado **Igor Gonçalves Queiroz**
doutorado **Janaina Chavier Silva**
colaboradora **Janaina Lisiak**
doutorado **João Soares Pena**
doutorado **Osnildo Adão Wan-Dall Junior**
mestrado **Rafaela Lino Izeli**
mestrado **Ygor de Andrade Araujo**

APRESENTAÇÃO

O seminário interno do Laboratório Urbano configura um espaço-tempo de pensar a produção desse grupo de pesquisa, estabelecendo um momento de encontro e de trocas entre seus membros ativos em torno das pesquisas atuais, individuais ou coletivas. Esse tempo fora do calendário cotidiano busca tornar visíveis linhas menores de pensamento, criar novas conexões e rumos a partir dos tensionamentos vividos no encontro, discutir metodologias, fabular teorias e histórias. É também tempo para produzir pensamento acerca do grupo de pesquisa, seus modos de fazer, sua história e o por vir.

Em sua 5ª edição, o Seminário acontecerá durante três dias. Nas quatro primeiras sessões estarão dispostas as apresentações das pesquisas individuais, de nível mestrado e doutorado, conduzidas por integrantes do Laboratório Urbano. Após breve apresentação de cada trabalho, haverá um tempo de debate, e ao final de cada sessão professores membros do grupo comentarão os trabalhos buscando provocar aproximações ou distanciamentos/choques/conflitos teóricos/conceituais/metodológicos, entre os trabalhos apresentados. O agrupamento dos trabalhos se deu por afinidades sutis a partir de grandes eixos que encontramos na leitura dos resumos enviados: historiografia, narrativas, rua, e memória.

Ao longo do terceiro dia serão apresentadas e discutidas as pesquisas coletivas que acontecem atualmente no Laboratório Urbano, coordenadas por professores membros do grupo, e contam com a participação de alunos da graduação, mestrado e doutorado: Cronologia do Pensamento Urbanístico, Arquivo_ Laboratório Urbano, Urbanidades Liminares, Visibilidades. Por fim, haverá um momento dedicado a pensar o próprio Laboratório Urbano, a articulação entre as pesquisas, a estrutura e funcionamento do grupo e seus desdobramentos futuros.

PROGRAMAÇÃO

25.04.2018

- 8:30 Abertura
Janaina Bechler
- 8:40 **Devir-criança e a cidade: histórias do Centro de Vitória (ES)**
Camila Benezath Rodrigues Ferraz
- 9:10 **Brinquedo. Brincadeira. Fabulação: narrativas urbanas que relacionam criança e cidade como potência de crítica ao urbanismo moderno**
Igor Gonçalves Queiroz
- 9:40 **Arqueologia da cidade moderna brasileira: As culturas “primitivas” na trajetória intelectual de Lucio Costa**
Dilton Lopes de Almeida Júnior
- 10:10 **Antologia dos Silêncios: Experiências Críticas e Alternativas na Historiografia da Arquitetura e do Urbanismo (1950-2010)**
Ícaro Vilça Nunesmaia Cerqueira
- 10:40 **Estudo das co-implicações espaço e corpo na atuação dos arquitetos e urbanistas: por uma espacialidade dançante em constante devir**
Clara Passaro Gonçalves Martins
- 11:10 **Debate de articulação** | Debatedora: Paola Berenstein Jacques
12:30 Fechamento | Mediadora: Janaina Bechler
-
- 14:00 **(Sem título)**
Janaina Chavier Silva
- 14:30 **Fazendo ponto: corpo, cidade e práticas sexuais**
João Soares Pena
- 15:00 **Opacidades, blackouts e holofotes: A narração da noite na cidade e no urbanismo**
Osnildo Adão Wan-Dall Junior
- 15:30 **Pensar a cidade por Atlas: A Península de Itapagipe como campo de experimentação do atlas como forma visual de conhecimento da cidade**
Daniel Sabóia Almeida Barreto
- 16:00 **Debate de articulação** | Debatedora: Junia Cambraia Mortimer
17:30 Fechamento | Mediadora: Janaina Lisiak

26.04.2018

- 8:30 **Resistir a pé: deslocamentos de sentido no caminhar**
Bárbara Brena Rocha dos Santos
- 9:00 **Práticas e redes: a ocupação do espaço público na cidade de São Paulo**
Rafaela Lino Izeli
- 9:30 **“Pega a visão”: territorialidades de moradores de rua na cidade de Salvador**
Anna Raquelle Edington Anselmo da Silva
- 10:00 **Cidades em disrupção: Uma teoria das urbanidades excrementais**
Cícero Menezes da Silva
- 10:30 **Arte urbana**
Ygor de Andrade Araujo
- 11:00 **Debate de articulação** | Debatedora: Thaís Troncon Rosa
12:30 Fechamento | Mediador: Eduardo Rocha
-
- 14:00 **(Sem título)**
Gaio Matos
- 14:30 **Patrimoniologia: o lusco fusco entre hegemonia e emergências**
Helena Tuler Creston
- 15:00 **Disputas no limiar mar-cidade: Investidas sobre o território marítimo de Salvador**
Janaina Lisiak
- 15:30 **Planos urbanísticos para a Ufba**
Fábio Pina
- 16:00 **Debate de articulação** | Debatedor: Luis Antonio de Souza
17:30 Fechamento | Mediadora: Rafaela Lino Izeli

27.04.2018

- 9:30 **Arquivo Laboratório Urbano**
Eduardo Rocha e Janaina Bechler (coords.)
- 10:00 **Urbanidades Liminares**
Thaís Troncon Rosa (coord.)
- 10:30 **Imaginários e Visibilidades: práticas urbanas em fotografias soteropolitanas (1940-1970)**
Junia Cambraia Mortimer (coord.)
- 11:00 **Debate de articulação** | Debatedor: Ícaro Vilaça N. Cerqueira
12:30 Fechamento | Mediadora: Rafaela Lino Izeli
-
- 14:00 **Cronologia do pensamento urbanístico: campos de debates sobre moderno, popular e participação**
Paola Berenstein Jacques, Junia Cambraia Mortimer e Thaís Troncon Rosa (coords.)
- 15:30 **Debate de articulação** | Debatedor: Paola Berenstein Jacques
17:30 Encerramento | Mediadora: Janaina Bechler

* Cada trabalho possui 20min de apresentação e será seguido por 10min de debate.



**pesquisas
individuais**
(ordem de apresentação)

Devir-criança e a cidade: histórias do Centro de Vitória (ES)

Camila Benezath Rodrigues Ferraz

Orientador: Xico Costa

Coorientador: -

Doutorado

Ano de ingresso: 2015

A infantilização é uma estratégia da máquina de produção da subjetividade capitalística que retira do indivíduo a autonomia para pensar e organizar a vida. É uma tentativa de encaixar tudo o que se relaciona com o desejo, vontade de amar e de criar nas estratificações dominantes. Entretanto, existem pontos de ruptura, desvios e reapropriações; focos de uma micropolítica que atua pela experiência cotidiana, como é o caso do devir-criança, conceito encontrado ao longo da obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari. A ruptura promovida pelo devir-criança quer retomar a criatividade e as capacidades de percepção e afeto que a criança possui antes de ser modelizada pelos equipamentos produtivos. Contudo, não se trata de imitar uma criança ou regredir a uma fase anterior de desenvolvimento: trata-se de entrar no campo da experimentação, das possibilidades, de subverter a lógica adultocêntrica e abandonar a máscara que impõe limites, domestica e desencoraja. É uma operação politemporal em movimento pelos diversos platôs e camadas do tempo.

Nesta pesquisa, procuramos aproximar o conceito de devir-criança ao campo da arquitetura e do urbanismo para abordar as cidades. Para tanto, definimos como recorte espacial a Rua Sete de Setembro, no Centro de Vitória, Espírito Santo. Buscamos devires-criança na experiência cotidiana ao longo do século XX ao mesmo tempo em que acessamos nosso devir-criança na maneira de pesquisar, manipular e escrever com os afetos encontrados, em uma tentativa de abordar a cidade não como um objeto a ser desvendado, mas como uma cartografia do cotidiano em permanente de construção. A cartografia do cotidiano refere-se a uma aproximação metodológica para registro e narrativa do espaço urbano a partir da esfera do vivido, do habitar, das relações mais elementares e das repetições presentes na vida cotidiana. A proposta na cartografia é exercitar a capacidade sensitiva de apreender as diferenças e de ser afetado pelo campo de forças vivas nelas, dissolvendo a separação entre o eu e o ele e afetando-se com os encontros dos corpos, humanos ou não. Nos diversos encontros, o devir-criança (da e na cidade e do cartógrafo-pesquisador) se mostrou como uma potência para contar outras histórias em rupturas com estratos dominantes.

A tese vem sendo organizada em 4 blocos (ou platôs), cada um contendo uma montagem, um conto e uma discussão, além dos capítulos de in-

trodução e conclusão.

O bloco 1 pretende discutir as escolhas metodológicas e conceituais da pesquisa, tais como a distinção entre mapa e cartografia; corpo vibrátil; territorialidade/desterritorialização/reterritorialização e devir-criança. O ponto de partida foi mapa do “Visitar Vitória”, mapa turístico do “Centro Histórico de Vitória” elaborado pela administração municipal, onde predomina uma superfície cinzenta pontuada por pontos de interesse turístico e cultural. A ele foram acrescentados mapas turísticos, mapa de divisão administrativa para o bairro Centro e materiais de divulgação do “Visitar Vitória” para crianças (Gibi e Almanaque).

O bloco 2 trata do uso das áreas públicas pelas crianças e se relaciona com as intervenções urbanas realizadas no recorte espacial. Partimos de três encontros: uma fotografia com crianças mascaradas durante o carnaval de 1912 no Éden Parque - extinto durante na década de 1920; a atividade “Vamos pintar a Sete” realizada em 1976 na Rua Sete; e o uso da Praça Ubaldo Ramalhate Maia. Anteriormente a área da praça era ocupada pela sede administrativa da Prefeitura de Vitória. O edifício foi demolido em 1975 após a construção da nova sede em área de expansão urbana e, desde então, todos os projetos para a área fazem referências a atividades infantis. Ainda antes da demolição, a área ao redor do edifício era usada como campo improvisado de futebol pelas crianças do bairro. Atualmente é na praça que acontece às feiras e atividades da Associação de Moradores (Dia das Crianças, Festa Junina...) e, além disso, há grande movimento nos bares que a contornam.

O bloco 3 trata justamente dos bares, somados ao carnaval e a outras manifestações culturais na Rua Sete. Os pontos de partida foram: o vídeo no qual Raul Seixas finge ser ele mesmo, canta e pede esmolas sentado em um dos bancos; o conto “Cadeiras na Calçada” do autor capixaba Fernando Tatagiba, que diz “Uma cidade vive em torno de seus bares, das luzes e dos loucos nas mesas das calçadas” para homenagear o Britz Bar; e fotos de uma jovem descendo o escorregador de um parquinho infantil e depois olhando carinhosamente uma criança fantasiada durante o carnaval de rua em 2015.

O bloco 4 tem o foco na disputa pelo uso da rua. Os pontos de partida foram: o Termo de Compromisso Ambiental (TCA) assinado logo após o carnaval de 2017 entre a Prefeitura de Vitória e o Ministério Público e determinando regras para o funcionamento dos bares no Centro de Vitória, inclusive o horário de fechamento e proibição de música ao vivo na rua; o “Tiro das Oito”, um tiro de foguetão para marcar o encerramento das atividades comerciais em Vitória no início do século; e os diversos Códigos de Posturas instituídos no município desde 1890, que também tratam das limitações no uso da rua.

Para construção destes blocos de contos-montagens-discussão foram utilizados fotografias; recortes de jornais; correspondências e publicações oficiais; projetos e mapas; diversas entrevistas e anotações próprias. Os documentos foram localizados em arquivos familiares; no Arquivo Público Municipal; no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; na Biblioteca Pública do Estado do Espírito Santo; em pesquisa bibliográfica e online, principalmente nas páginas do grupo do facebook “Memórias da rua Sete - Centro” e “Fotos Antigas do Espírito Santo”.

Brinquedo. Brincadeira. Fabulação: narrativas urbanas que relacionam criança e cidade como potência de crítica ao urbanismo moderno

Igor Gonçalves Queiroz

Orientadora: Paola Berenstein Jacques

Coorientador: -

Mestrado

Ano de ingresso: 2016

[1]

As fotografias, o fotógrafo e a brincadeira

Entre 1949 e 1953, Nigel Henderson fotografa crianças que brincam nas ruas de Bethnal Green, então uma das áreas mais empobrecidas do East End de Londres. Os arquitetos Alison e Peter Smithson, usam estas fotografias na *grille* para o projeto *Urban Reidentification*, durante o CIAM IX (*Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*), numa clara crítica ao *Modulor* corbusiano e à separação de funções proposta pela Carta de Atenas. Invocar a imagem de crianças brincando serve para produzir uma outra imagem vividamente ambivalente: por um lado, a de habitantes resistentes, que criam algo do nada, brincam a partir do terreno urbano e; por outro, a da fragilidade, do mundo precário e traumatizado pela Guerra. Imagens que justapõem alegria e destruição, traumas e utopias.

[2]

O livro, o contador de histórias e a fabulação

Em 1959 é publicado pelo IBGE “Tia Margarida vai à Brasília: história para alguém contar às crianças”, do escritor Jayme Martins. Enquanto a novíssima Capital do país ergue suas colunas delgadas e elegantes, sua história já está sendo contada de forma assumidamente ficcional, numa correlação clara entre a oficialização da história e o desenvolvimento proposto como programa nacional do governo. O livro destinado “às crianças do Brasil, mostrando-lhes como os homens de fibra lutam e vencem [...], pleno de poesia, repleto de glória, com emoções a cada instante e ensinamentos sobre a Nova Capital que surge em pleno sertão brasileiro, como raio de sol entre as moitas floridas, convidando para a festa do progresso do Brasil gigante” (NOVACAP, 1958 e 1959).

[3]

A creche, o arquiteto e o brinquedo

Em 1968, três anos após a morte do arquiteto, a Fundação Le Corbusier publica “*Le Maternelles vous parlent: pour une pédagogie plus humaine*”, finalizado por Le Corbusier em 1955. Estando em funcionamento a creche da *Unité d'Habitation* de Marselha (edifício projetado e construído entre 1944 e 1957), Le Corbusier solicita continuamente aos moradores

e professoras, fotografias, escritos e documentação sobre os acontecimentos da cobertura do edifício. A “cidade funcional vertical” configura-se numa tentativa de reafirmar as máximas contidas no projeto da *Ville Radieuse* e da Carta de Atenas. Essencialmente, uma “cidade dentro da cidade”, concentrando tanto espaços privados, quanto as famosas “ruas internas” corbusianas. O arquiteto sugere o lugar ideal para as crianças: a cobertura do edifício, afastada ao máximo do chão e, conseqüentemente, do contato com a própria cidade. Nas suas palavras, uma “comunidade vertical sem política”, onde as crianças são “elas mesmas sua própria polícia” (LE CORBUSIER, 1968).

–

Três narrativas urbanas realizadas a partir da relação entre a criança e a cidade. Todas participantes do mesmo momento da recente história do urbanismo moderno, mas cada uma pertencente a um lugar, a um campo de conhecimento e a recortes temporais distintos. Mais do que objetos de estudo, estamos diante de uma *nebulosa*¹ composta por três importantes acontecimentos dentro do campo do Urbanismo Moderno: o fim dos CIAM com a emergência do grupo Team X, a construção de Brasília e a construção da *Unité d'Habitation* de Marselha, respectivamente.

Ao pensar como pôr em choque essas narrativas, foram elencadas três *imagens de pensamento*² (a **brincadeira**, a **fabulação** e o **brinquedo**) que, utilizando-as, não como categorias de análise, mas de modo a permitir brincar e embaralhar similaridades e diferenças existentes entre elas. Estas narrativas não são observadas isoladamente, mas num movimento livre e relacional, ao buscar entender tanto como as *imagens de pensamento* permitem pôr em suspensão os acontecimentos, como as próprias *imagens* são tensionadas pelas narrativas para pensar a própria construção da História do Urbanismo e as noções de moderno presente em cada uma delas.

É preciso constatar que os membros do Team X não foram os únicos arquitetos a invocar imagens de crianças na cidade. A partir do entendimento da infância (do latim: *in*, ‘não’, e *fans*, *fantis*, do verbo *fari*, ‘falar’,

‘ter a faculdade da fala’. *infans*, *infantis*, ‘que não fala’) como uma “invenção”³ moderna, a criança foi frequentemente explorada nos projetos urbanos, que costumam apresentar como indicador mais revelador e quantificável de uma cidade insalubre, a alta mortalidade infantil. A própria Cidade Funcional traz a necessidade de brincar/jogar como uma das quatro funções da cidade, onde o valor do lazer apresenta-se como uma tentativa de humanização da cultura técnica, que insiste nas vantagens de aproveitá-lo como atividade criadora, numa forma de controle e disciplina social, em lugar de mero entretenimento.

A necessidade da criança brincar com a realidade e construir um universo particular, dando outra significação ao cotidiano e ao espaço, enfatiza sua sensibilidade criadora no mundo material. Como um desejo de construir o seu próprio mundo, “um pequeno mundo inserido no grande” (BENJAMIN, 1924), a criança faz da cidade (algo finalizado, como o brinquedo entregue pelo adulto) a sua própria brincadeira (na reinvenção do detrito, do resto); faz o nada virar qualquer coisa e, mesmo depois da brincadeira ter chegado ao fim, esta permanece como criação nova, numa memória possível de ser transmitida coletivamente. A fabulação nesta pesquisa, segue neste caminho de contar/fazer emergir outras histórias, outros discursos e modos de conhecer e narrar a história do urbanismo a partir da relação criança-cidade. Propõe traçar uma leitura da construção do pensamento urbanístico moderno, através de contradições entre discursos e de outras histórias que permitam questionar o discurso moderno e hegemônico da ordem urbana.

Assumir esta construção historiográfica crítica de uma problematização do moderno (numa disputa pelos vários modernos), nos permite formular algumas questões: Como são contadas essas histórias? Quais ferramentas são utilizadas? Quem as conta? Por que e como as crianças aparecem? É possível penetrar na Histórias - como a criança nas suas brincadeiras e fabulações do mundo - e descobrir brechas que levem a viagens fantásticas surpreendentes?

Notas

1. Estes debates de forma fragmentária e constelar, também limiar entre margens de diferentes campos de conhecimento, estão vinculada aos estudos e modo de pensar na pesquisa Cronologia do Pensamento Urbanístico, que suspeita de uma visão linear, contínua, evolucionista dos processos históricos. Segundo Margareth Pereira, “essa amplitude e diversidade dos estudos históricos na área da arquitetura e do urbanismo nas últimas décadas é de tal ordem que poderíamos imaginar várias nuvens de pesquisadores, professores, instituições com orientações teóricas específicas, formando configurações gasosas e moventes. Pareceria que estamos diante de uma série de *nebulosas*, entendendo-se o termo *nebulosas* menos em seu sentido corrente de algo pouco claro (embora não deixe de sê-lo) do que no sentido arcaico de *nebulae* – nuvens ou conjunto de nuvens que se articulam ou entrecrocavam. (PEREIRA, 2013. p. 13)

2. Segundo Jeanne Marie Gagnebin, ao utilizar as *imagens de pensamento*, “Benjamin escreve em fragmentos e renuncia ao curso ininterrompido da argumentação que persegue uma única questão, que segue uma única lógica ou visa um único objetivo, não mais seguindo um estilo argumentativo dedutivo e linear. [...] Essas imagens não são em nada figurações eternas, mas querem não só opor ao pensamento conceitual um ponto de suspensão, como também chocar pela sua forma enigmática e assim colocar em movimento um pensar” (GAGNEBIN, 2017, p. 33)

3. Depois dos séculos XVI e XVII se reconhece na Europa que a infância *existe*. Com a redução da mortalidade infantil, as atitudes em relação às crianças (antes consideradas adultos em miniatura) mudam, até que a infância, enquanto noção e elemento constitutivo da família, se consolida. Segundo Neil Postan, a noção de infância surge a partir da separação seriada no ensino escolar e “quando o livro e a escola criam a criança, criam também o moderno conceito de adulto. A infância e a idade adulta se tornam cada vez mais diferenciadas, cada esfera aperfeiçoa seu próprio mundo simbólico e, finalmente, passa-se a aceitar que a criança não pode compartilhar a linguagem, o aprendizado, os gostos, os apetites, a vida social de um adulto.” (POSTAN, 1999).

Referências

BENJAMIN, Walter [1924]. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. 2 Ed. São Paulo: Duas Cidades, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Canteiro de obra. In: BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Corpocidade: Gestos Urbanos*. Salvador: Edufba, 2017. p. 20-41.

LE CORBUSIER [1955]. *Les Maternelles vous parlent*. Paris: Ed. Gonthier, 1968.

MARTINS, Jayme. *Tia Margarida vai a Brasília: História para alguém contar às crianças*. Rio de Janeiro: Edições Buriti, 1959.

NOVACAP. *Revista “Brasília”*, edições de março de 1958 e 1959 (números 15 e 27, respectivamente).

PEREIRA, Margareth. O lugar do contingente da história e da memória na apreensão da cidade: O historiador, o estrangeiro e as nuvens. *REDOBRA*, n° 12, p. 16-18, 2013.

POSTAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

Arqueologia da cidade moderna brasileira: as culturas “primitivas” na trajetória intelectual de Lucio Costa

Dilton Lopes de Almeida Júnior
Orientadora: Paola Berenstein Jacques
Coorientador: -
Doutorado
Ano de ingresso: 2018

Figura 01: Croqui de Lucio Costa para o Plano piloto de Brasília. “Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz.” (COSTA, Lucio, [1957] 1995)

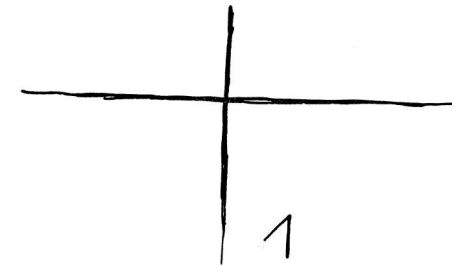


Figura 02: Primeira Missa no Brasil. Fonte: Vitor Meireles, 1860. Óleo sobre tela. 268x351cm. Rio de Janeiro: Museu nacional de Belas Artes.

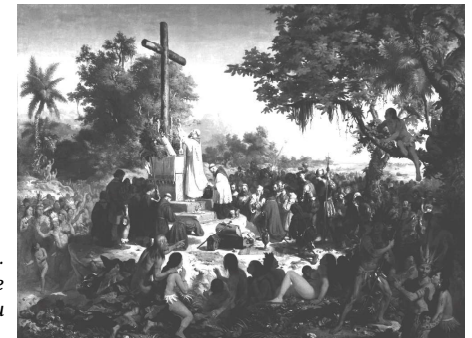


Figura 03: Theodor de Galle – “Américo redescobre a América; ele a chamou uma vez e desde então ela permanece acordada” - 1630.



“Só a antropofagia nos une. Socialmente.
Economicamente. Filosoficamente.”
Oswald de Andrade, 1928

Figura 04: Detalhe da cartografia "Accuratissima Brasilae Tabula" de autoria de Peter Schenk e Gerald Valck datada do século XVII.



Figura 05: O martírio. Detalhe da cartografia intitulada Mision de mojos de la compania de IHS de el Peru - 1756. Reprodução de FURLONG, Pe. Guilherme Cardiff. Cartografia del rio de la plata. Buenos Aires: Talleres A. Casa Jacobo Peuser Ltda, 1936. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



PAPO DE ÍNDIO
 Veio uns ômi de saia preta
 cheiu de caixinha e pó branco
 qui êles disserum qui chamava açuceri
 Aí eles falarum e nós fechamu a cara
 depois êles arrepitirum e nós fechamu
 o corpo
 aí eles insistirum e nós comemu eles
 Chacal, 1971

Figura 06: Cena de Macunaíma, filme de Joaquim Pedro de Andrade, de 1969.



Figura 07: Detalhe da cartografia "Accuratissima Brasilae Tabula" de autoria de Peter Schenk e Gerald Valck datada do século XVII.

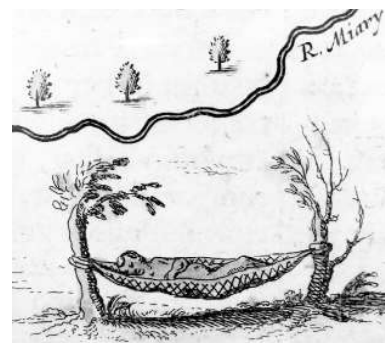


Figura 08: RIPOSATEVI, Pavilhão brasileiro proposto por Lucio Costa para a Trienal de Milão de 1964 com fotografias ao fundo de Marcel Gautherot.



Ao nos colocarmos diante dos *fragmentos*¹ acima expostos, perguntamos: quais são as *imagens*² evocadas por esta determinada *montagem*³ que nos fazem pensar sobre as concepções da cidade moderna brasileira presentes, por exemplo, na proposta para o projeto para o Plano Piloto de Brasília (Fig. 01) ou no pavilhão brasileiro na Trienal de Milão (Fig. 08), e que habitualmente permanecem silenciadas nas narrativas biográficas e históricas que se debruçam sobre a trajetória intelectual do arquiteto e urbanista brasileiro Lucio Costa? Como provocação para o início da jornada de doutoramento, proponho-me lançar ao exercício historiográfico que toma o *anacronismo* como risco⁴ e a arqueologia⁵ como modo de pensar a História, de modo a escavar o passado e vasculhar nos escombros e resíduos, as imagens que nos submetam a experiências outras para o pensamento das cidades e do urbanismo modernos no Brasil a partir do pensamento de Lucio Costa. Recolher, recortar, ampliar e aproximar fragmentos como gestos de pesquisa⁶ que incorporam narrativas dissonantes, silenciadas ou marginalizadas. Nesse sentido, assim como Jacques (2015, p.82), retomamos aqui a ideia benjaminiana do historiador como um trapeiro “[...] que cria e narra a história a partir dos “farrapos e resíduos” sobreviventes de outros tempos.” Narrar a história de modo a construir cartografias que mobilizem as energias de tempos heterogêneos; que façam fissurar e atravessar as simplificações temporais de uma linearidade teleológica, progressista e evolutiva da História.

Retomando a hipótese do historiador da cultura Aby Warburg ([1893] 2015), que percebeu, apesar do recalque, a perseverança difusa de elementos pagãos na Arte Renascentista, ousamos nos questionar de que formas as culturas ameríndias, negras, populares ou consideradas primitivas e selvagens no Brasil, aparecem, são manipuladas e perpetuam-se em Lucio Costa e no conseqüente imaginário moderno de cidade brasileira. De quais maneiras ainda, esses discursos são engendrados nos dispositivos de urbanização e construção de novas cidades modernas no Brasil? Ao elegermos como fio condutor a trajetória intelectual de Costa, pretendemos verificar de que maneiras essas manipulações simbólicas sobre as culturas ditas “primitivas” legitimaram as próprias transformações urbanas e corroboraram para a construção de um imaginário

costeado para a cidade moderna brasileira.

Em Brasília, por exemplo, apesar do discurso para a construção da nova capital brasileira, idealizada *ex-nihilo*, estar justificado na eliminação ou superação da condição de passado colonial e precarizado do país diante do futuro e progresso promissores em projeto, nos é possível perceber reiteradamente a manutenção de lógicas colonizadoras. Lógicas essas que atuaram sobre os espaços e sobre os corpos considerados arcaicos, antiquados ou pertencentes a culturas “primitivas” e entendidas então, como dignas e passíveis à violência dos processos civilizatórios. Lógicas que não se eximiram de recalcar, soterrar, expulsar, explorar, marginalizar e silenciar tudo aquilo considerado como inútil ou impróprio para o progresso. Interessa-nos, nesse sentido, compreender, por exemplo, de que maneira a concepção de raça, povo e nação impactam na construção dos discursos de Costa para as cidades modernas brasileiras. No texto de Costa, “*Documentação Necessária*” de 1938, parece-nos ser um momento oportuno para observarmos estes atravessamentos:

Ora, a arquitectura popular apresenta em Portugal, a nosso ver, interesse maior que a “erudita”- servindo-nos da expressão usada, na falta de outra, por Mário de Andrade, para distinguir da arte do povo a “sabida”. É nas suas aldeias, no aspecto viril das suas construções rurais ao mesmo tempo rudes e acolhedoras, que **as qualidades da raça se mostram melhor.** [...] Tais características, transferidas na pessoa dos antigos mestres e pedreiros “incultos” para a nossa terra, longe de significarem um mau começo, pelo contrário, à arquitectura portuguesa na colônia, esse ar desprezioso e puro que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou, até meados do séc. XIX. Sem dúvida neste particular também se observa o “amolecimento” notado por Gilberto Freyre, perdendo-se nos compromissos de adaptação ao meio, um pouco daquela “carrure” tipicamente portuguesa. [...] Para tanto contribuíram, e muito, dificuldades materiais de toda a ordem, entre as quais **a mão-de-obra, a princípio bisonha, dos nativos e negros; o índio, habituado a uma economia diferente, que lhe permitia vagares na confecção limpa e cuidadosa das armas, utensílios e enfeites - estranhou, com certeza, a grosseira maneira de fazer dos brancos apressados e impacientes, e o negro, conquanto se tenha revelado com tempo, nos diferentes ofícios, habilíssimo artista, mostrando mesmo uma certa virtuosidade um tanto “acadêmica”, muito do gosto europeu** - nos trabalhos mais antigos, quando ainda interpreta desajeitadamente a novidade das folhas de acanto, lembra **o louro bárbaro e bonitão do norte** em seus primeiros contatos com a civilização latina, ou mais tarde, pretendendo traduzir, com sotaque ainda áspero e gótico, os motivos greco-

romanos renascidos.⁷

As palavras de Costa carecem de serem analisadas sobre determinados atravessamentos pouco explorados em bibliografia recorrente sobre o arquiteto e urbanista. Desde as relações com o pensamento do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre até os atravessamentos de questões raciais, o discurso de Costa é desenhado de maneira, tal como no próprio Freyre, a naturalizar e apaziguar os processos violentos de colonização, civilização e exploração das consideradas culturas “primitivas” no Brasil. Walter Benjamin (2012) nos lembra que “nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie.”⁸ E com Benjamin nos perguntamos como construir um exercício historiográfico que faça ver não somente o esforço dos grandes gênios que criaram (e projetaram grandes cidades), mas também o esforço anônimo dos seus contemporâneos? Como narrar uma história que ao mesmo tempo lance luz sobre movimentos intempestivos e aberrantes que contestam e desviam-se das lógicas reguladoras e normativas sobre os mesmos processos históricos nessas cidades? Ou como ainda nos parece sugerir Benjamin, seria essa então, uma oportunidade de “escovar a história a contrapelo”⁹, sob a perspectiva dos vencidos e fazendo emergir o que Ana Clara Torres Ribeiro (2005) chamou de “racionalidades alternativas, estranhas à lógica sistêmica (parcelar e excludente)”¹⁰? Como enfrentarmos, então, o exercício historiográfico que também exponha as experiências insubordinadas que disputam e contestam esses mesmos imaginários de cidade moderna brasileira? Como pensar as montagens enquanto suportes para experimentação da escrita da história que lance luz sobre as ambivalências e heterocronias?

Notas

1. Recuperamos a ideia de Fragmento evocada pelo crítico, poeta e ensaísta mexicano Octávio Paz ao analisar a emergência da poesia moderna no contexto da revolução industrial, ou seja em paralelo à fragmentação do mundo, o tempo também

torna-se fragmentado, descontínuo e a experiência poética então seria a de “[...] descobrir a imagem do mundo naquilo que emerge como fragmento e dispersão, perceber o outro no um, será devolver à linguagem sua virtude metafórica: dar presença aos outros.” (PAZ, 2012, p.267). Aproximamos ainda a noção de fragmento a de resíduos, cacos, farrapos, restos e excessos que escapam à teleologia positivista da História.

2. Imagem como conceito operatório e não como suporte iconográfico. “Imagens como processos e não como estases, como atos e não como coisas.” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.15)

3. Pensamos a montagem como método de conhecimento para além de uma forma visual de saber e também de um procedimento formal. Cf. JACQUES, P. B. Montagem urbana: uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo In.: JACQUES, BRITTO (org.) Experiências metodológicas para a compreensão da cidade contemporânea, Tomo IV: Memória, narração, história, Salvador: EDUFBA, 2015, p.47-83

4. Como nos sugere a historiadora Nicole Loureaux: “Mas importa menos ter a sua consciência para si do que a *audácia de ser historiador*, o que equivale, talvez, assumir o risco do anacronismo (ou, pelo menos de certa dose de anacronismo), com a condição de que seja de inteiro conhecimento de causa e escolhendo as modalidades.” (LOUREAUX, N. In: NOVAES, A. (org). 1992, p.58)

5. Nesse sentido nos aproximamos dos estudos e discussões sobre o método arqueológico em Michel Foucault (2009), Walter Benjamin (2012), Didi-Huberman (2017) ou ainda no pensamento de Raul Antelo (2016)

6. Gestos cotidianos para Aby Warburg na constituição do seu *Atlas Mnemosyne* como também para Walter Benjamin no seu projeto para o livro das *Passagens*. Gestos de pesquisador que de alguma forma desorganizam e questionam o estatuto da arte e do documento para a própria escrita da história.

7. COSTA, L. 1995, p.357-358; grifos nossos.

8. BENJAMIN, op. cit. 2012, p. 245

9. Id. Ibid.

10. RIBEIRO, A. C. T. Sociabilidade hoje in: CADERNO CRH, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, Set./Dez. 2005, Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18535/11911>>.

Referências

- ANTELO, R. *A ruinologia. Florianópolis: Cultura e Bárbarie*, 2016
- BENJAMIN, W. *Baudelaire e a modernidade*. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.
- _____. *Obras Escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012
- COSTA, L. *Registro de uma vivência*. Rio de Janeiro: Empresa das Artes, 1995
- DIDI-HUBERMAN, G. *Cascas*. Belo Horizonte: Editora 34, 2017
- _____. *Falenas*. Lisboa: KKYM, 2015
- _____. *Atlas ou a Gaia Ciência Inquieta*. Lisboa: KKYM, 2013
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2009.
- JACQUES, P. B. Montagem urbana: uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo In.: JACQUES, BRITTO (org.) *Experiências metodológicas para a compreensão da cidade contemporânea*, Tomo IV: Memória, narração, história, Salvador: EDUFBA, 2015
- LOUREAUX, N. Elogio do Anacronismo. in: NOVAES, A.(org.) *Tempo e História, São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura*, 1992
- PAZ, O. *O arco e a lira*. Trad.: Ari Roitman e Paulina Wacht. São Paulo: Cosac Naify, 2012
- RIBEIRO, A. C. T.; Sociabilidade Hoje: leituras da experiência urbana, in *Caderno CRH*, Salvador; v.18 n.45, p411-422, 2005.
- WARBURG, A. *Histórias de fantasmas para gente grande: escritos, esboços e conferências*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Antologia dos Silêncios: Experiências Críticas e Alternativas na Historiografia da Arquitetura e do Urbanismo (1950-2010)

Ícaro Vilaça Nunesmaia Cerqueira
Orientadora: Paola Berenstein Jacques
Coorientador: -
Doutorado
Ano de ingresso: 2018

Pretendemos, num esforço de caráter historiográfico, construir uma *Antologia dos silêncios* a respeito de experiências *críticas e alternativas* propostas ou realizadas no Brasil e no exterior desde o final da década de 50 – quando a crítica antimoderna ganha repercussão internacional – até a primeira década do século atual. Para tanto, não faremos distinção entre proposições críticas ou teóricas daquelas efetivamente realizadas, de forma a construir um trabalho de referência a respeito do debate sobre *modos de fazer alternativos* no campo da arquitetura e do urbanismo.

Este interesse não visa a construção de um mero *elogio da participação*, mas o aprofundamento do debate em relação aos *modos de fazer* do arquiteto-urbanista. Entendendo a arquitetura e o urbanismo como campos de forças onde hegemonias e contra-hegemonias estão em permanente tensão, buscaremos tratar a contribuição historiográfica que se pretende realizar como um dispositivo que atue contra o “pensamento único” que segue pautando a produção de arquiteturas e cidades a partir de pressupostos neoliberais.

Este projeto de tese dialoga com a pesquisa *Cronologia do Pensamento Urbanístico* e representa um desdobramento da dissertação de mestrado *Arquitetura [e história] como processo: a experiência da Usina CTAH junto à Associação Por Moradia de Osasco*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (PGAU/ FAU USP).

Estudo das co-implicações espaço e corpo na atuação dos arquitetos e urbanistas: por uma espacialidade dançante em constante devir.

Clara Passaro Gonçalves Martins
Orientadora: Paola Berenstein Jacques
Coorientadora: Fabiana Dultra Britto
Doutorado
Ano de ingresso: 2016

8 Peças Arquitetônicas dedicadas a um arquiteto fantasma

(...)

Peça da Porta

Faça uma minúscula porta de entrada e saída para que você tenha que curvar-se e espremer-se a cada vez que entrar...Isto te darte-á consciência do seu tamanho e de entrar e sair.

Primavera de 1964

(Ono, 1995, p.51)

(...) entre o corpo e seu ambiente de existência vigora um relacionamento de co-implicação que imprime um sentido de reciprocidade nos seus respectivos processos de configuração. Parte da compreensão de que **o ambiente não é para o corpo meramente um espaço físico disponível para ser ocupado, mas um campo de processos** que, instaurado pela própria ação interativa dos seus integrantes, tanto justifica as configurações resultantes quanto garante suas continuidades evolutivas.

(Britto, 2011, p.02)

Pensar o espaço também com base nas relações de co-implicação¹ com o corpo para buscar compreendê-lo, estudá-lo e atuar sobre ele não tem sido uma prática muito frequente entre a maioria de arquitetos e urbanistas dedicados a agir no ambiente construído e na cidade. Aparentemente, a interação corpo-espaço acontece quando ambos já estão “prontos para” e afinados em sua inteireza. O espaço está apto para receber as pessoas. Estamos prontos para ocupar aquele ambiente.

Entretanto, existe a possibilidade de abrir a escuta para este ambiente que é fluxo constante de criação advinda de encontros. Das formas geradas pelas luminosidades inconstantes, da dança dos sentidos de quem os apreende, dos usos e apropriações de quem ali habita... O espaço em composição com as intensidades que o fazem espaço, enredado com o corpo-no-seu-devir: assim expandindo as percepções para uma espacialidade dançante².

Minuciando estas afirmações, uma primeira hipótese para esta pesquisa seria: **a maneira com que os profissionais vem elaborando, ao longo dos séculos, seus ofícios de pensar e criar espacialidades³, sejam elas hegemônicas ou não, faz-se também em composição com seus modos de compreensão do corpo** - mesmo que estejamos muito pouco atentos diretamente a esta conjunção.

Dando seguimento a este pensamento, trazemos para estudo algumas abordagens de corpo que vem sendo desenhadas ao longo de séculos, neste campo de atuação, para pensar as espacialidades que vem compondo os modos de fazer. Primeiramente encontramos três representações do corpo humano que vêm sendo utilizadas como importante referência para as concepções de espaço e cidade, coadjuvando processos de projeto: o “homem vitruviano”, desenhado pelo polímata Leonardo da Vinci em 1490, em Milão; a sistematização realizada pelo alemão Ernst Neufert, em seu livro *A Arte de Projetar em Arquitetura* (1936) - um manual que reúne normas espaciais, sempre tendo o homem como medida e objetivo e, por fim, *o modulator*, um sistema de proporções humanas criado por Le Corbusier e desenvolvido em seus dois livros: “O Modulor” (1950) e “Modulor 2” (1955).

Esta utilização recorrente das três representações de corpo como principais referências para os processos de projeto fortalece uma forma hegemônica de fazer arquitetura e cidade características do Movimento Moderno. Ou seja, pelo viés do corpo, as atividades de projetar e pensar os espaços e a cidade dos arquitetos e urbanistas realizado na contemporaneidade brasileira, ainda são bastante apegados às formas de fazer do Movimento Moderno.

A desmobilização de formas hegemônicas de fazer podem se dar pela demonstração de que elas são apenas mais uma dentre os milhares de outros modelos possíveis e, desta maneira, outros entendimentos e concepções de corporeidades podem ajudar a revolucionar estas formas de fazer modernas e ainda incrustadas num corpo eficiente e funcional.

Notas

1. Em estudos mais sofisticados relativos a co-implicação corpo-espaço, como por exemplo Brito (2000), trata-se de um processo de co-implicação de inúmeras variáveis, não somente corpo e ambiente. São variáveis que estão em uma dinâmica de se co-afetarem mutuamente conforme jogos de força de cada contexto. Todavia, ancorados no contexto desta pesquisa de doutorado, inserida em um programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo, e de acordo também com os objetivos da pesquisa de aproximação dos campos disciplinares e de propor uma abordagem espacial também a partir de um conhecimento mais refinado de corpo e com a dança como dinâmica contínua do movimento, optamos por trazer ainda separado, porém em relação, a variável corpo e a variável espaço.

2. Estou considerando aqui espacialidade dançante aquela considerada na perspectiva de uma dinâmica de movimento contínuo e portanto diretamente relacionada com o tempo. É uma espacialidade que não se separa do tempo.

3. A princípio estamos abordando o “espaço arquitetônico” como decorrente da dupla ensino e atuação profissional do arquiteto/urbanista. A proposta é não separar o ensino de arquitetura e urbanismo realizado nas universidades brasileiras da atuação destes profissionais fora das universidades, acreditando na dupla influência do ensino nas formas de fazer dentro do mercado, do Estado ou de outras alternativas de financiamento e execução e vice-versa.

Referências

BRITTO, Fabiana Dultra. *Corpo, dança, ambiente*. Configurações Recíprocas. In: Anais do 2o Encontro Nacional de Pesquisadores em Dança. Dança: contrações epistêmicas, 2011.

ONO, Yoko. *Árvores do Desejo para o Brasil*. Brasília/Salvador: Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal e Museu de Arte Moderna da Bahia, 1998. 251 p.

(Sem título)

Janaina Chavier Silva

Orientadora: Paola Berenstein Jacques

Coorientador: -

Doutorado

Ano de ingresso: 2015

Propomos para esse Seminário Interno apresentar a parte da pesquisa que, atualmente, se desenvolve em Paris, no doutorado sanduíche, onde estamos trabalhando em um arquivo chamado “Paris Future”. Um arquivo, composto de imagens e textos, que se propõe a trabalhar em torno de futuros que alguns autores imaginaram para Paris nos últimos três séculos. O seguinte arquivo foi construído para tentar enquadrar historicamente e entender a construção e as transformações do imaginário que habita o presente da/na cidade de Paris.

Olhar para esse arquivo onde se vê o futuro como uma produção cultural do presente, nos ensina olhar também para a cidade de Salvador e a rua Chile, que atualmente passa por transformações onde o passado volta juntamente com as promessas de futuro, entendendo assim, como o seu presente é composto “nos fatos e na ficção, como construção de sínteses e imaginações entre o passado, o presente e o futuro.”

Fazendo ponto: corpo, cidade e práticas sexuais

João Soares Pena

Orientador: Pasqualino Romano Magnavita

Coorientador: Washington Luis Lima Drummond

Doutorado

Ano de ingresso: 2015

Introdução

Conhecida como a profissão mais antiga do mundo, a prostituição tem figurado como uma importante questão para diversas áreas do conhecimento, sobretudo nas ciências humanas e sociais. Nesta pesquisa, propomos uma discussão a partir uma articulação entre sexualidade e espaço urbano, focando na prostituição, com um estudo comparativo entre Salvador e Amsterdã. Embora sejam cidades bastante distintas, tanto em termos urbanísticos quanto do contexto do trabalho sexual, tal atividade tem desempenhado um papel relevante na dinâmica de algumas áreas em ambas. Partimos do entendimento que a prostituição é uma prática urbana e, nesse sentido, buscamos entender seu papel na produção do espaço urbano nos centros das cidades supracitadas. Por outro lado, ambas as áreas têm sido foco de projetos e planos urbanos que tem afetado diretamente o setor da indústria do sexo, sobretudo a prostituição.

Seu caráter legal varia entre os diversos países, de acordo como cada sociedade a encara. Nesse sentido, há três modelos básicos de como as políticas de prostituição são delineadas. Em alguns países, ela é reconhecida como uma profissão como qualquer outra, como na Holanda e Alemanha. Nesses casos, há leis que garantem direitos sociais àquelas pessoas que realizam o trabalho sexual. Há países que adotam o modelo abolicionista, como o Brasil, ou seja, o/a profissional do sexo não é criminalizado, mas terceiros que se beneficiem ou facilitem a prostituição são criminalizados. Outros proíbem a prostituição considerando-a um problema que ameaça a ordem pública. É o caso da Suécia, onde os clientes são criminalizados, ou da França e da Finlândia, onde é proibido oferecer serviços sexuais.

Políticas de prostituição no Brasil e na Holanda

Na Holanda a política prostituição remonta à Idade Média, ganhando importância com o fluxo de marinheiros no porto de Amsterdã, por exemplo. Com o passar do tempo, a crescente importância de Amsterdã e da prostituição para a dinâmica da cidade, a atividade passou por distintos regimes de controle, chegando ao banimento dos bordéis em 1911. Contudo, isto não significou o fim da prostituição, em vez disto ocorreu

uma “tolerância regulada”. Isto quer dizer que, apesar de proibidos, os bordéis continuaram funcionando, porém os governos locais se utilizavam disto para concentrá-los em zonas específicas da cidade. Entre fim dos anos 1990 e ano 2000 acontece a emblemática descriminalização e regulamentação da prostituição na Holanda, afetando diretamente a organização da atividade. A partir daí, é permitida a operação de bordéis e outros espaços para fins de prostituição.

A autonomia no licenciamento estabelecida pela nova legislação tem rebatimento direto no uso do solo, uma vez que os municípios estabelecem critérios de funcionamento e avaliam as solicitações de abertura de estabelecimentos da indústria do sexo. De acordo com Outshoorn (2012), muitas municipalidades fazem uso desta prerrogativa para definir zonas onde a prostituição é permitida, evitando que ela ocorra em determinadas áreas. Além disso, cada município tem autonomia para proibir estes estabelecimentos em seu território através do que se chama “*zero option*” (*nuloptie*) ou limitar seu número. No caso de Amsterdã, há 3 locais onde é permitido o funcionamento de *raambordeel* (bordéis de janela), sendo o maior e mais conhecido o *Red Light District*, ou *De Wallen*. Em 1994 Amsterdã abriu uma zona para a prostituição de rua na região oeste, mas a mesma foi fechada em 2004 pelo alto índice de criminalidade.

No Brasil, a prostituição remonta ao período colonial quando mulheres escravizadas eram obrigadas a se prostituir para sustentar seus senhores. No século XVIII, a prostituição começou a ser criminalizada, sob o pretexto de perturbar a ordem, cuja punição era o isolamento da sociedade. Os regimes de prostituição variaram entre a regulação, com o controle médico e abolicionismo, e a criminalização desde o Código Penal de 1890. A prostituição exercida por alguém não é crime por si só, mas atividades de terceiros que se beneficiem disto, como cafetões, estão tipificadas no Código Penal. Contudo, isto nunca impediu, de fato, que houvesse prostituição na rua ou certos estabelecimentos, porém sob vigilância do Estado.

A política tem importante papel na organização espacial da prostituição, já que em distintos momentos agiu no sentido de reprimir seu estabele-

imento em determinadas áreas com respaldo de dispositivos para tal fim. Desde os anos 1980 o movimento de profissionais do sexo tem advogado pelo reconhecimento e regulamentação da atividade, conseguindo a inclusão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002. Desde 2001 tem havido proposições no Congresso para a descriminalização e a regulamentação da atividade, porém ainda não lograram êxito.

Ambos os casos evidenciam uma maneira de lidar com a prostituição no sentido do que Michel Foucault chama de “gestão diferencial dos ilegalismos”, criando um contexto turvo para uma atividade delicada e importante que permeia questões como os padrões morais e o necessário reconhecimento dos direitos dos profissionais do sexo.

Plano 1012 no Red Light District

Em 2007 foi lançado o Plano 1012, cujo principal objetivo seria combater a criminalidade e tráfico de mulheres no Red Light District. Desde então, 128 “janelas” foram fechadas, além de *sex shops*, *coffe shops* e cassinos, os quais têm sendo substituídos por restaurantes, lanchonetes, lojas de roupas e de souvenir, economia criativa etc. O número de turistas tem aumentado, a ponto de a prefeitura decidir parar de autorizar estabelecimentos voltados a esse público na área. Apesar de a prefeitura afirmar que o plano foi participativo, dados do campo indicam que as decisões foram, de fato, tomadas pela administração municipal, usando o tráfico de mulheres como mote para conseguir o apoio popular.

Atualmente o departamento de marketing da cidade tem desenvolvido estratégias no sentido de atrair o “tipo certo de visitante”, reforçando outros atrativos, como os canais, os museus, o patrimônio arquitetônico etc. A prefeitura da noite tem investido na promoção outras áreas a partir da indústria criativa. Observações preliminares indicam uma tentativa na mudança da imagem de Amsterdã como uma cidade global e criativa, enfraquecendo os aspectos sobre sexo e às drogas que a tem marcado em âmbito global.

OPACIDADES, BLACKOUTS E OPACIDADES. A narração da noite na cidade e no urbanismo

Osnildo Adão Wan-Dall Junior
Orientadora: Paola Berenstein Jacques
Coorientador: -
Doutorado
Ano de ingresso: 2014

Nuvens e conjunto de nuvens (aqui chamadas de nebulosas) não tem limites e sim, contornos. As nebulosas são metáforas das configurações precárias, contingentes que são possíveis ser pensadas e propostas no campo coletivo por cada historiador a partir dos fragmentos que reúne em seu esforço de objetivação dos discursos do outro e em relação ao próprio exercício de dotação de sentido que empreende.

Margareth Pereira da Silva, “O lugar contingente da história e da memória na apreensão da cidade” (2013)

O que acontece quando se ilumina artificialmente o escuro do espaço público das cidades? Qual a intensidade e a intenção por trás dessa luz? O que se passa nas ruas e becos obscuros onde essa luminosidade não chega? Como pensar esses espaços sombrios? E se de repente apagarmos essas luzes, qual o comportamento daqueles que não imaginam sequer a possibilidade de um tempo de blackouts, de escuridão total? O tema da presente investigação é o fenômeno da noite urbana, considerada como um processo ficcional engendrado pela complexa coexistência narrativa de enunciados, discursos e práticas que produzem cidade. Defende-se a hipótese de que a noite tem sido compreendida, desde os ideais iluministas, por pelo menos três imaginários imbricados, simultâneos e anacrônicos: do mistério, do medo e do espetáculo urbano.

O mistério denota o fascínio e o estranhamento pelo que é da ordem do sombrio e do desconhecido, experiência advinda das cidades oitocentistas. Por sua vez, o medo e a consequente sensação de insegurança no espaço público remontam, com a iminente possibilidade de crimes, à escuridão e às trevas do período medieval, que chegam até nossos dias com os apagões urbanos, no momento em que a sociedade faz um verdadeiro elogio à eletricidade. Completando a trilogia, o espetáculo, verdadeiro paradoxo do urbanismo acionado pelos grandes holofotes urbanos, é caracterizado tanto pela produção de imagens e marcas urbanas quanto pela vigília contínua do espaço público.

O recorte temporal adotado compreende o início da modernidade e o momento contemporâneo. Por este motivo, trata-se de um tempo forjado: apesar de preciso, ele é anacrônico, no sentido que ele é apenas um tempo-guia. O Iluminismo, e nele o ano de 1789, nos serve como fator

histórico balizador ulterior. Assim, partimos do século XVIII, fixando o ano de 1789 na linha do tempo como fator histórico importante, mas com vistas a dizer sobre a cidade contemporânea.

Salvador e Paris tornaram-se nossos dois campos de observação e análise para se pensar uma narração da noite relativa à criação e reprodução dos três imaginários citados em um contexto geral e ampliado. Enquanto Paris figura como metonímia para todo um imaginário da noite criado desde o século XVIII, a noite de Salvador pode ser considerada como locus mítico do que seria a própria cultura brasileira. Essas cidades são duas bases movediças, álibis e recortes também eles forjados para uma metanarração possível da noite.

A metodologia empregada – ensaística, provisória e nebulosa – foi se delineando durante toda a investigação, construindo-se e constituindo-se processual e gradativamente. A partir das várias pistas encontradas nos rastros do percurso, tentou-se cartografar nebulosamente como a noite tem sido narrada. Dois blocos, ou corpora narrativos, alimentam, de modo transversal, os três imaginários defendidos, procurando situar o lugar da noite na cidade e no urbanismo.

O primeiro deles é, essencialmente, composto por narrativas urbanas literárias, isto é, livros que narram os mistérios urbanos e que plasmariam a ideia dos mistérios da noite, com especial ênfase nos livros “*Les dernières nuits de Paris*” (1928), do francês Philippe Soupault, e “*Os pastores da noite*” (1964), do brasileiro Jorge Amado. O segundo tem como foco todo um sistema de eventos culturais públicos que visam à noite como objeto de interesses, onde a prática urbana anual de amplo alcance *Nuit Blanche* de Paris vem desencadeando, desde sua criação, em 2002, uma sequência de eventos que levam sua marca, mas também outros, similares, a várias cidades do globo.

Menos do que fazer uma tradução ou reescrita de histórias de noites já ditas em estudos recentes das ciências sociais, almeja-se, a partir desse conteúdo, criar novas entradas de pensamento, um diálogo entre dois

mundos aparentemente desconexos, apartados, sem conexão: o da literatura e o das políticas culturais. Fomos seguindo pistas e assumindo um recorte precário e incompleto de narrativas, dado que algumas narrativas importantes, como livros e eventos, são apenas mencionadas ou pouco aprofundadas, não ganhando os destaques merecidos: nuvens esparsas que, apesar de formarem condensações, não chegam a se precipitar ou a criar imaginários.

Através das noções de conexões, modelo e desvios, particularmente entre Paris e Salvador/Bahia, vislumbra-se possibilidades e impossibilidades da sobrevivência da experiência mesma da noite no âmbito das políticas públicas urbanas atuais, conjecturando-se a respeito do paradeiro de seus mistérios inerentes.

O trabalho está dividido em três partes, cuja formação segue a formação, concentração e dissolução das nuvens, metáfora para se pensar a história das cidades e do urbanismo, segundo o pensamento de Margareth Pereira, em vasta obra. Após o texto de apresentação, que situa o leitor sobre o percurso investigativo que culminou no desenvolvimento do trabalho, a Primeira Parte – Vapores traz à tona as questões que impulsionaram a tese, a partir de dois capítulos que contextualizam a temática abordada e que explicitam os modos de fazer da pesquisa, considerando a contribuição do pensamento historiográfico para o planejamento urbano.

A Segunda Parte – Condensações explicita os três imaginários da noite através de três capítulos a eles correspondentes. Aqui, o mistério da noite é pensado como imprevisto da sombra e onirismo; o medo, como elogio da luz e políticas de controle e cooptação; e o espetáculo, como antídoto do escuro e laboratório de estratégias. Essas três condensações correspondem a três categorias de análise, ou a três espectros de luz enunciados – opacidades, blackouts e holofotes, sinônimos, respectivamente, para os três imaginários coexistentes da noite. Por sua vez, a Terceira Parte – Turbulências, ainda em formação, será dedicada, às articulações entre os objetos da pesquisa.

PENSAR A CIDADE POR ATLAS: A Península de Itapagipe como campo de experimentação do atlas como forma visual de conheci- mento da cidade

Daniel Sabóia Almeida Barreto
Orientadora: Paola Berenstein Jacques
Coorientador: -
Mestrado
Ano de ingresso: 2018

Este projeto propõe investigar o atlas como forma visual do saber (DIDI-HUBERMAN, 2013) sobre as cidades. Interessa aqui pensar a produção de um atlas urbano, não como exercício de compilação, sistematização ou inventário de informações e imagens, mas sim como meio para a criação e a produção de pensamento sobre a cidade, através da imagem. Particularmente, interessam as possibilidades que tem o meio físico - o objeto editorial - de produzir instâncias de compartilhamento e interação, bem como uma fruição tátil, que tem o corpo e o sensível, e não apenas o visível e o textual, como mediadores.

Interessa a investigação e a proposição de processos em que a elaboração teórica e a prática experimental co-existam e se atravessem a todo tempo e que, a partir da produção de narrativas visuais, construam ideias de cidade, ou sobre a cidade. Neste sentido, propõe-se o desenvolvimento de uma pesquisa estruturada em torno da construção de um atlas urbano com um recorte específico, a Península de Itapagipe. A área, objeto de Trabalho Final de Graduação desenvolvido entre 2012 e 2013, concentra uma teia complexa de temporalidades, manifestações culturais e conflitos sócio-espaciais em seu território e a retomada destas questões neste trabalho pretende instaurar um campo de experimentação prática e teórica onde se produzam atravessamentos entre referenciais teóricos e metodológicos, assim como entre o pesquisador e a cidade, seus agentes, alteridades e subjetividades.

Atlas Urbanos: campos minados de explosão errática sob aparente utilitarismo

O Atlas surge como gênero editorial no século XVI, com a publicação das primeiras compilações de vistas de cidades. Ao longo de cinco séculos de história desde então, verifica-se uma tendência ao utilitarismo amparado por dados científicos e estatísticos, particularmente no campo da geografia urbana e da história das cidades. O uso da imagem, muitas vezes, assume um caráter mais ilustrativo que discursivo, pontuando narrativas estruturadas a partir de um texto ilustrado por meio de infográficos, cartografias temáticas e fotografias.

Georges Didi-Huberman nos alerta, no entanto, para algo escondido sob a aparência utilitária e inofensiva dos atlas, para quem os olha com atenção:

[...] bem poderia revelar-se um objeto dúplice, perigoso ou mesmo explosivo, ainda que inesgotavelmente generoso. Numa palavra, uma mina. O atlas é uma forma visual do saber, uma forma sábia do ver. Mas ao reunir, ao imbricar ou implicar os dois paradigmas que esta última expressão supõe - paradigma estético da forma visual, paradigma epistêmico do saber -, de facto o atlas subverte as formas canônicas a que cada um destes paradigmas atribui a sua excelência e mesmo a sua condição fundamental de existência. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.11)

Para Didi-Huberman, um atlas não se “lê”, como se lê um romance, mas é percorrido em suas imagens e pranchas de maneira errática, guiada pela curiosidade e pelo prazer, deixando divagar a nossa “vontade de saber”.

Contra toda a pureza epistêmica, o atlas introduz a dimensão sensível, o diverso, o carácter lacunar de cada imagem. Contra toda a pureza estética, introduz o múltiplo, o diverso, a hibridez de toda a montagem (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.12)

Esta dimensão sensível e poética, que explode como uma mina escondida em um campo de suposta objetividade e nos leva a deambular de maneira errática pelos tempos e espaços do objeto-atlas, é o que interessa a esta pesquisa explorar.

Diante da imagem da cidade: entre a síntese e a polifonia

O caminho esboçado neste projeto para investigar as possibilidades do atlas como meio para pensar a cidade se estrutura a partir da análise de duas abordagens teórico-práticas de pesquisadores acerca da relação entre a cidade e sua imagem.

A primeira abordagem está ligada às pesquisas desenvolvidas pelo professor Xico Costa, especificamente o *Atlas Histórico de Ciudades Europeas*, realizado pelo *Centre de Cultura Contemporània de Barcelona*, e as pesquisas *Atlas Histórico de Cidades e Visões Urbanas*, realizadas no PPG-AU/FAUFBA. Estas pesquisas são marcadas por uma preocupação quanto aos perigos da superacumulação de informações em detrimento da emergência de olhares forjados a partir de uma abordagem crítica,

verificadora e comparativa dos dados. Diante disso, Costa defende que “simplicação, generalização e síntese são as únicas formas de navegar por um universo desmesurado de dados” e propõe o distanciamento como forma de aproximação, pois permite uma visualização do conjunto e, com isso, “uma organização do pensamento que sirva para fortalecer, com clareza, de que ideia de cidade se está falando” (DA COSTA, 2015).

As mesmas ideias de *síntese* e *clareza* aparecem de maneira antagônica na abordagem proposta por Paola Berenstein Jacques como aproximação à cidade a partir da sua imagem. Ancorada em uma epistemologia em que o pensamento se constrói a partir de montagens e referenciada principalmente nas experiências realizadas por Aby Warburg (*Atlas Mnemosyne*), Walter Benjamin (*Passagens*, Rua de Mão Única) e Georges Bataille (revistas *Documents*), Jacques propõe a ideia de *Montagem Urbana*, em que se busca compreender a complexidade da cidade “a partir da multiplicidade polifônica de narrativas urbanas heterogêneas” (JACQUES, 2015). A *montagem como método de conhecimento* opera a partir de uma lógica fragmentária e efêmera, em que a desordem assume carácter de potência criadora e anárquica que desestabiliza formas convencionais e hegemônicas de pensamento e criação.

Em ambos os caminhos, o processo de produção de imagens, sejam elas sínteses gráficas ou constelações vertiginosas, é entendido como meio para a realização de uma aproximação e apreensão da cidade. A construção do pensamento se dá, em ambas as abordagens, na medida em que se experimenta com as imagens.

Pretende-se realizar esta pesquisa a partir do estudo e do confronto entre as diferentes abordagens apontadas acima, bem como dos atravessamentos entre os referenciais teóricos e as experiências práticas a serem realizadas em campo. A construção do Atlas Urbano de Itapagipe se coloca como instrumento de experimentação das questões teóricas levantadas, bem como de levantamento de novas questões, que só o trabalho de campo permite emergir. A experimentação através do design gráfico editorial entende esta ferramenta enquanto meio para a criação

de instrumentos de mediação, investigação de experiências de fruição tátil, além de visual e textual de narrativas sobre a cidade.

Referências

DIDI-HUBERMAN, G. *Atlas ou a Gaia Ciência Inquieta*. Tradução Renata Correia Botelho e Ruy Pires Cabral. Lisboa: KKYM, 2013.

DA COSTA, F.A. Imagem e experiência de apreensão da cidade. In: _____. *Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2015, v. III, p. 52-82.

JACQUES, Paola B. Montagem urbana: uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo. In: _____. *Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea*. Tomo IV – Memória, narração, história. Salvador, EDUFBA, 2015, p. 66-75.

Resistir a pé: deslocamentos de sentido no caminhar

Bárbara Brena Rocha dos Santos
Orientadora: Paola Berenstein Jacques
Coorientadora: Junia Cambraia Mortimer
Mestrado
Ano de ingresso: 2016

A ideia de que maneiras de ver e de sentir, de pensar e perceber, são oferecidas a todo instante como mercadoria, qualidade ou valor de algum produto, já não nos parece óbvia? Estamos habituados ao “tudo vira mercadoria” e por vezes não atentamos à perversidade destes processos que permeiam nossas vidas cotidianamente.

Dentre as maneiras de pensar e perceber a cidade contemporânea que nos são oferecidas a consumir, que estampam revistas e compõe o *hype* das tendências urbanas, esta pesquisa escolheu como objeto de estudo a apropriação de um universo de referências e imagens que associam o caminhar, o pedestre, a cidade para pessoas, a escala do pequeno e a experiência daquele que caminha e erra pela urbe, à produtos, ideias, discursos, imagens e projetos políticos repletos de princípios e intenções que muitas vezes fogem aos significados que tais referências carregam.

Investiga-se a respeito de tais capturas, cooptações ou apropriações de subjetividades, e da sujeição deste universo de referências e imagens do caminhar à interesses mercadológicos, entendendo o avanço do mercado como parte de um projeto político neoliberal de governo em disputa pelo lugar do Estado. Portanto, o perigo neste tipo de associação vai além da banalização de termos, da cobiça pelo lucro e da espantosa casualidade mercadológica em apropriar-se destas questões e transformá-las em produtos.

Evelina Dagnino¹ (2004) nos fala de uma crise discursiva pela qual estaríamos passando em que a homogeneidade no vocabulário e o uso de uma mesma linguagem corrente são capazes de obscurecer diferenças, diluir nuances e reduzir antagonismos. O risco habita no uso de referências comuns afim de promover projetos e discussões sobre cidade que caminham em direções opostas. Ademais, o que surpreende em meio à familiarização aos processos de captura, é perceber que a estratégia corrente nos últimos tempos tem sido fazer da tática a estratégia².

A fim de observar tais apropriações e dissertar sobre os desdobramentos dessas questões na produção do espaço na cidade contemporânea, a

pesquisa delimita três campos de debate:

1. A experiência do caminhar e a “venda da experiência” pelo turismo: em que a *flanerie* é associada aos *walking tours* e a *experience* se torna slogan de autenticidade e alteridade urbana;
2. A tática e o urbanismo *Extra Small*³: em que o “urbanismo tático” toma para si a formulação de Michel de Certeau e assume um discurso a favor da participação popular, frente a falência das instituições governamentais, contribuindo ativamente para o avanço do projeto neoliberal de governo;
3. O caminhar como qualidade de produto: onde se observam caminhanças e manifestantes em campanhas publicitárias de grandes montadoras de automóveis e incorporadoras imobiliárias, favorecendo o esvaziamento de pautas políticas através da associação direta do caminhar à produtos e ideais de cidade que oprimem, selecionam e diferenciam aqueles que estão aptos a usufruir da experiência do corpo na rua.

Assume-se a complexidade da produção da cidade contemporânea, em que vínculos são construídos e reconfigurados a todo instante e lógicas aparentemente opostas se sobrepõem ou imbricam-se dando origem a outras formas de pensar, agir e construir subjetividades. Tendo isso em mente, além de evidenciar os deslocamentos semânticos e as estratégias usadas nesses processos, a pesquisa busca ainda discutir as noções de captura, cooptação e/ou apropriação, afim de atravessar o pensamento construído nos três campos de debate descritos. Se até mesmo a ideia de tática em De Certeau está ilustrada na astúcia e tem por forma o “ato de aproveitar a ocasião”, não seria possível encarar como uma vitória do “fraco” sobre o mais “forte” também a captura, cooptação, ou apropriação do sistema pelo consumidor como um escape a ele?

Notas

1. DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: Alejandro Grimson. (Org.). La cultura em las crisis latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p. 195-216.

2. Em referência a formulação “tática e estratégia” construída por Michel de Certeau em “A invenção do cotidiano 1. Artes de fazer” de 1980.

3. Em referência ao paralelo proposto por Andrés Duany, arquiteto e urbanista fundador do Congresso do Novo Urbanismo, entre a formulação de Rem Koolhaas - S, M, L e XL - no livro homônimo de 1995, acerca das categorias de urbanismo do século XXI, e o urbanismo tático representado pelo XS (Extra Small). Ademais, o novo urbanista aplaude a genialidade do urbanismo tático no prefácio de sua autoria que inaugura a leitura de Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change [Urbanismo tático: ação a curto-prazo para mudança a longo-prazo] de 2015, importante publicação que reúne os preceitos e principais intervenções do urbanismo tático nos Estados Unidos.

Práticas e redes: a ocupação do espaço público na cidade de São Paulo

Rafaela Lino Izeli

Orientadora: Paola Berenstein Jacques

Coorientadora: Thaís Troncon Rosa

Mestrado

Ano de ingresso: 2017

Esta pesquisa pretende compreender as ocupações das ruas na cidade de São Paulo, sobretudo pela análise da atuação conjunta entre coletivos ativistas e poder público que culminou na abertura da Avenida Paulista aos pedestres em 2015, e na consequente implantação do Programa municipal Ruas Abertas pelo ex-prefeito Fernando Haddad, com o objetivo de: “abrir para pedestres e ciclistas ruas e avenidas de grande relevância (...) aos domingos e feriados, das 10 às 17 horas, como forma de promover uma melhor ocupação do espaço público” (SÃO PAULO, 2015).

Sabe-se que a intenção de abertura da via foi almejada pelo coletivo ativista Sampapé, que inspirado em ações semelhantes realizadas na Cidade do México, vinha, desde 2014, buscando interlocução com a prefeitura a fim de trazer o mesmo modelo para São Paulo. Entretanto, o primeiro teste, que permitiu a interrupção do fluxo de veículos, somente foi realizado em junho do ano seguinte, justificado pela necessidade de segurança à grande quantidade de ciclistas e usuários que estariam presentes no momento de inauguração das faixas de ciclovias da Avenida. Foram quatro meses entre este primeiro teste e a definitiva implantação da Paulista Aberta, porém não demorou para que a proposta tivesse uma grande visibilidade e fosse consolidada em um Programa municipal expandido pela capital paulista.

Questionada pelo Ministério Público sobre a necessidade de oferta de espaços semelhantes também nas demais regiões da cidade, a prefeitura se dedicou à transformação da ação em uma política pública que objetivava a abertura de vias aos pedestres em todas as subprefeituras do município. Assim, a iniciativa tornou-se um programa municipal, instituído posteriormente pelo Decreto n. 57.086/2016 e pela Portaria n. 226/2016. Cabe ressaltar que esta Portaria, “considerando a necessidade de fortalecimento local do Programa Ruas Abertas” constituía um “comitê de acompanhamento” formado pelos coletivos Minha Sampa, Sampapé, Bike Anjo e Cidade Ativa, a fim de “apoiar a prefeitura no aprimoramento do Programa”.

Como parte deste apoio ao programa, os coletivos ativistas ficaram en-

carregados em reproduzir a mesma dinâmica de “sucesso” alcançada na Avenida às demais ruas participantes, mobilizando os moradores locais e mediando os conflitos. Até então, uma proposta intitulada “Seja um Zelador” circulava pela internet para que pessoas interessadas pudessem se inscrever e enviar notificações e atualizações da condição das ruas aos coletivos. É importante ressaltar que esta proposta, apesar de estar vinculada a um programa público, foi totalmente idealizada e implementada por estas organizações, o que pode demonstrar uma possível abstenção e transferência da manutenção do projeto das mãos do poder público para a sociedade civil.

Neste sentido, e a partir desta conjuntura, tornou-se fundamental para esta pesquisa compreender a formação e atuação destes coletivos que vêm participando da produção de cidades. Assim, procura-se analisar estes agentes através de uma ampla e complexa definição, constituídos por “um leque de frentes de difícil separação entre o que é movimento social, o que é ONG, o que é uma instituição formal que apenas se articula com uma rede de movimento social e, ainda, o que é ação do poder público estatal” (GOHN, 2008).

Ainda, sobrepondo a esta exposição difusa e heterogênea, considera-se como uma camada particular e importante a estes agentes, a articulação em redes e a atuação em um hibridismo entre “espaço *online* e *offline*” (CASTELLS, 2013), o que nos permite entender o aumento exponencial destas organizações no início do século XXI e a grande abrangência de suas ações. A partir das diversas e múltiplas possibilidades de caracterização destes coletivos, e da compreensão das distintas formas de intervenção sobre o espaço, esta pesquisa pretende elucidar a atuação destes significativos representantes da sociedade civil na produção de cidade hoje.

Contudo, atenta-se às distintas lógicas e interesses que estão imbricados nestes processos e que dificultam a definição com clareza do papel desempenhado pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade nas ações urbanas. Neste sentido, e apoiando-se em Dagnino (2004), procura-se

compreender os deslocamentos discursivos produzidos pelo projeto neoliberal nos anos 1990 e problematizar a participação cidadã nos espaços de decisão, apontando para uma possível despolitização destes agentes quando muitas vezes associados à iniciativa privada ou trabalhando a serviço do poder público, passando do “cidadão reivindicante ao propositivo, do militante ao ativista organizador” (GOHN, 2008).

Para a compreensão destes agentes e dos processos contemporâneos de produção de cidade recortados no objeto já descrito, considera-se parte da pesquisa a mobilização de dois campos principais de investigação: a construção e compreensão das redes de coletivos ativistas, e as práticas (DE CERTEAU, 2012) e as ações dos usuários no espaço da Avenida Paulista. Para análise do primeiro item, tem-se investido em entrevistas, pesquisas documentais e presença ativa em eventos e reuniões promovidos por estas organizações.

A fim de contemplar o segundo item, aposta-se como metodologia em uma “observação móvel” (URIARTE, 2013) pela Avenida nos momentos com e sem a utilização da via pelo Programa, esperando ser possível identificar os usos programados realizados aos domingos e usos espontâneos, ordinários, que fazem parte do cotidiano e resistem às apropriações induzidas pelos “animadores” locais. A escolha do movimento, através da caminhada, está diretamente relacionada à grande extensão da via e diversidade de usos inerentes a cada parte, buscando-se apreender o máximo da sua heterogeneidade.

Por fim, como uma camada a mais de investigação, e como forma de contextualizar as ações empreendidas na capital paulista, torna-se importante a inserção desta discussão dentro de uma conjuntura global de tendência à pedestrianização das cidades. Para isso, esta pesquisa pretende trazer alguns exemplos que possam contribuir para a elucidação deste momento e problematizar melhor as questões levantadas. Um possível caminho tem sido a análise da reforma da Barra em Salvador, que mesmo em diferentes condições e com intenções distintas, apresenta circunstâncias que podem enriquecer a discussão.

Referências

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança*: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: GARCIA, Illia e MATO, Daniel (coords). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: UCV, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Associativismo civil e movimentos sociais populares em São Paulo. *Revista Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, v. 44, n. 2, p. 130-138, mai./ago., 2008.

URIARTE, Urpi Montoya. Olhar a Cidade: contribuições para a etnografia dos espaços urbanos. *Ponto Urbe* n.13, 2013. Disponível em <<http://pontourbe.revues.org/774>> Acesso em 02 de abr. 2018.

“Pega a visão”: territorialidades de moradores de rua na cidade de Salvador

Anna Raquelle Edington Anselmo da Silva

Orientador: Fernando Gigante Ferraz

Coorientadora: Thaís Troncon Rosa

Mestrado

Ano de ingresso: 2018

O trabalho em construção cujo título é “‘Pegue a visão’: territorialidades de moradores de rua na cidade de Salvador” tematiza a relação entre moradores de rua e cidade, tendo por objeto as territorialidades forjadas pelos mesmos, com o objetivo de apreender o *fazer vida* a partir da apropriação da rua como território central de existência.

O trabalho ancora-se em uma pesquisa etnográfica realizada nas ruas da cidade entre 2016 e 2017. O trabalho de campo contou com uma fase exploratória, construída a partir de encontros ocasionais com moradores de rua em percursos realizados a pé, especialmente, no centro da cidade, na qual foram selecionados três moradores de rua que constroem suas territorialidades em distintos espaços da cidade, com os quais construí interlocação de forma mais próxima e sistemática durante todo o processo de pesquisa.

Os moradores de rua fazem a vida, necessariamente, na tensão entre permanência e circulação no espaço urbano. Nessa tensão, os deslocamentos constantes empreendidos por esses sujeitos são intensificados por mecanismos colocados em prática pela sociedade mais ampla e pela gestão urbana. Entende-se dessa forma, que mais do que uma forma de vida desejada, o modo itinerante sob o qual essas trajetórias urbanas se constituem nas ruas, é, antes, a própria condição de suas existências. Nesse sentido, o critério de pesquisa utilizado para escolha dos interlocutores foi a construção de pontos de permanências e territorialidades mais estáveis nas ruas da cidade de Salvador. Esse critério previamente delimitado buscou apreender as mediações entre sujeito, sociedade e espaço que viabilizam a construção desses pontos de permanências e territorialidades.

Para tal investigação, adotou-se como recurso metodológico e analítico suas trajetórias urbanas. No delinear dessas trajetórias é possível entrever como essas vidas vão sendo tecidas pelas dinâmicas da cidade e pelos processos urbanos que atuam desencadeando deslocamentos e possibilitando novos agenciamentos no cotidiano desses sujeitos, revelando distintos processos de apropriação da rua como território central

de existência, que apontam para a convergência entre subjetividade, sociabilidade e corporalidade na conformação de territorialidades nas ruas da cidade de Salvador.

Os nexos entre territorialidades, subjetividades, sociabilidades e corporalidades implicados nos processos de apropriação das ruas e de produção da vida, por sua vez, apontam para conformação de experiências urbanas que em última instância só cabem nas ruas das cidades ou, que pelo menos, encontram uma série de interditos ao tentarem se territorializar em outros espaços. Dessa forma, a rua aparece como território de persistência na vida frente a processos mais amplos de violência (física e subjetiva) e despossessão material, no qual o *fazer vida* e o *fazer cidade* passam a habitar uma zona de difícil distinção.

Pesquisar as trajetórias urbanas dos moradores de rua impõe entrar em contato com boa parte das práticas que compõe a vida desses sujeitos. Acompanhar seus percursos é acompanhá-lo ao atendimento médico, mas também ao banheiro público, à praça onde toma banho, ao restaurante onde em determinado horário se dirige para buscar comida, é também informar as horas, participar das suas redes de sociabilidade, compartilhar uma cerveja no bar que frequenta, pagar um almoço, acompanhá-lo ao espaço onde lava suas roupas.

Nesse sentido, uso da expressão *fazer vida* inspirada no uso que dela faz uma das moradoras de rua interlocutoras da pesquisa para referir-se ao trabalho com a prostituição, segundo diz: “*fazia vida*”. aparece como primeiro tensionamento proposto pelo trabalho. Estabelecendo um diálogo com Michel de Certeau (2014), a expressão é utilizada na pesquisa para se referir a arte de fazer vida em contextos tidos com adversos, ou, em outras palavras, a “arte de viver no campo do outro” (Ibidem, p.81). Busca-se, dessa forma, escapar da expressão sobrevivência utilizada usualmente para se referir as práticas nas margens da cultura dominante, pois, entende-se que a expressão sobrevivência restringe a apreensão das práticas e, por consequência, dos próprios praticantes, a uma dimensão puramente biológica de satisfação das necessidades do corpo e de

defesa da vida biológica.

A prática, o fazer, material de investigação desse trabalho, é a “prática de viver” nas ruas da cidade, nesse sentido, o “*fazer vida*” aparece para dar dimensão da “totalidade” do vivido, desde sua dimensão mais privada a mais pública, colocando em destaque além das dimensões de satisfação das necessidades biológicas e de defesa da vida, a dimensão afetiva (vínculos) e ativa da própria existência. Assim, a parte visível dessa prática que faz a cidade é o próprio vivido que se pode apreender nas narrativas. Narrativas que habitam uma contiguidade (contemporaneidade) de tempos individuais e coletivos, urbanos e sociais, tempos vivos e tempos mortos em diálogo com o território (Ribeiro, 2002).

O encontro teórico com Ana Clara Torres Ribeiro, que também propõe o diálogo entre Sociologia e Urbanismo foi e tem sido muito feliz. Assim, conceitos como *território*, *territorialidade*, *cotidiano*, “*visibilidade do diverso*”, (*ligada ao direito a dar espetáculo*, direito a definição de sua forma de aparecer e acontecer), bem como a questão da *conquista da co-presença* a partir dos jogos sociais que implicam a encenações de falsos ajustes à ordem dominante, foram ganhando centralidade na pesquisa, a medida que permitem uma leitura do tecido social e urbano para além das carências e garantias e/ou abandono no âmbito do Estado, colocando em cena as tensões, reivindicações, conflitos, negociações entre distintos sujeitos na disputa por apropriação do território e recursos territorializados, tento como horizonte a possível corporificação dos direitos afirmados nesse campo de disputas.

Podemos dizer que o que se construiu ao longo do trajeto de pesquisa foi um inventário de *táticas de persistência na vida*, que tem a cidade, e, mais especificamente, suas ruas, não como cenário, mas meio e parceiro de interação que tornam a prática de viver possível. Táticas, rearranjos e reemprego, bricolagens subjetivas e materiais, gambiarras situadas no tempo e no espaço, que desviam as forças externas que promovem agenciamentos no cotidiano (Certeau, 2014), mas que também colocam em agência forças externas/internas, afetos e afecções, nos moldes, e, por-

tanto, desejo (Espinosa, 2013).

Além da introdução e conclusão, a dissertação se estrutura em três capítulos (simultaneamente descritivos e analíticos). Os dois primeiros capítulos tomam como fio narrativo a trajetória de uma das moradoras de rua interlocutoras da pesquisa pela densidade de aspectos que permite iluminar.

No primeiro capítulo, através da narrativa de sua trajetória de chegada até a rua e das suas tentativas de saída, tendo como enfoque central a articulação entre subjetividade e territorialidade, trabalho a apropriação da rua como parte do processo de construção da própria subjetividade, configurando-se, assim, como uma *tática de persistência na vida*. Ao cartografar essa trajetória urbana, a rua, como materialidade e relações, vai expandindo sua paisagem, revelando os deslocamentos habitacionais também precários, a tentativa de uma “vida de aluguel”, a partir do encontro com as políticas estatais e os interditos encontrados para construir a vida sob outros termos.

No segundo capítulo, seguindo o rastro de uma fala da interlocutora, o leitor é introduzido, em um “*resto de vida toda*”, que transcorre na rua, ou seja, no “espaço do outro”, e que, por conseguinte, está sujeita a remoções (deslocamentos) e em última instância ao extermínio. É do limiar entre os restos e a abundância (e restos que são abundantes), que a própria rua e a cidade oferecem em termos de recursos e interações, que brota a vida. Nesse capítulo, também serão descritos os espaços apropriados, os percursos, os conflitos e negociações que envolvem as disputas pelo território, aparecendo, assim, algumas das fronteiras físicas e simbólicas que eles denotam. É a própria rua como *modalidade de moradia* que se revela a partir do “*fazer vida*”, em outras palavras, da prática de viver na cidade.

No terceiro capítulo, voltaremos para o título da dissertação “*Pegue a visão*”, onde a partir do diálogo com todos os interlocutores da pesquisa, adentraremos no “conhecimento de rua”, ou, nas palavras de um dos in-

terlocutores, no “*conhecimento que não está no quadro*”, ou seja, que não advém das instituições hegemônicas que legitimam a cultura e organizam a vida urbana. Revelando, assim, alguns códigos, valores e normas que organizam o território da rua sob o ângulo dos moradores de rua.

Cidades em disrupção: Uma teoria das urbanidades excrementais

Cícero Menezes da Silva

Orientador: Pasqualino Romano Magnavita

Coorientador: Washington Luis Lima Drummond

Doutorado

Ano de ingresso: 2017

O trabalho em questão tematiza a potência disruptiva das urbanidades excrementais, isto é, de todos aqueles impulsos que nas cidades se constituem pelos processos dilapidatórios, no interior mesmo, ainda que às margens da lógica utilitária de acumulação, contudo, em seu detrimento; assim minando o âmago estrutural das configurações urbanas homogêneas, de onde emerge e se instaura a própria volatilidade extrusiva do heterogêneo. São, pois, os rebentos oriundos de ações insubordináveis à negatividade humana, como arguiu Bataille, “negatividade sem emprego”, e *como tal*, nas cidades desempenhando um cáustico papel absolutamente indócil frente à produtividade urbana e, conseqüentemente, à funcionalidade urbanística. Esses rebentos extrusivos são disrupções, ou seja, roturas, fraturas, rupturas excessivas que acionam nas cidades sucessivas reconfigurações anamórficas nas quais a inutilidade dá-se irrompida no interior mesmo da cidade de aspecto útil, violentando-a sem, contudo, suprimi-la; tão logo disrompendo-se do intrincamento constituído pelas imperiosas lógicas capilarizadas do consumo e do controle, ambas determinadas pelas aglutinações dominantes de forças cíveis e estatais das quais, portanto, o urbanismo é uma das maiores expressões.

É sob tal postulação que até aqui nos armamos para a construção de uma teoria urbana que se lança no heterológico das cidades, em cuja condição as urbanidades excrementais aberram e logo ab-reagem, avultando-se enquanto semelhanças dilacerantes, absolutamente outras e, portanto, enquanto dessemelhanças as quais sub-repticiamente nos arremessam com violência frente ao abismo do real. Assim, ao avultarem-se à nossa fruição, elas não deverão ser tratadas como algo cristalizado a subsidiar a pesquisa, e sim como algo *informe*, em consonância com o que de fato são, isto é, inclassificáveis, ou talvez melhor e mais coerente com o termo, desclassificantes. Isto, não para que nos desliguemos de suas formas que irremediavelmente seus furtivos aspectos formais implicam e tampouco, com isso, lhes reivindicarmos enquanto “não-formas”; mas para que no e ao domínio mesmo das formas implicarmos corrosões quando sobre o aspecto informe das formas aqui especificamente em questão nos debruçarmos. Como meio de transgredir as formas do comedimento humano concernente ao domínio urbano, esse informe a que nos atemos impele

nas cristalizações formais uma violação; inflige lhes lacerações. Com isso na cidade logo se insta o aparecimento de singularidades repugnantes por nunca terem sido vislumbradas, então ameaçadoras à estabilidade do conjunto dos símbolos os quais, por sua vez, outorgam à realidade concreta dos espaços públicos um sentido homogêneo. Ao impulsionar a reverberação do informe oriundo do heterológico das cidades, a presente pesquisa tem como proposição, numa primeira parte, cotejar a acuidade aberrante, para, numa segunda parte, cotejar a emergência ab-reativa das urbanidades excremenciais, atravessando a intentada mitificação urbanística da cidade como comunidade, ou da cidade como a relação do mesmo com o mesmo, sem, contudo, abster-se de tangê-la e tolhê-la; desclassificando-a ou violentando-a incisivamente, assim também potencialmente em tal mitificação operando disrupções. Em todos os casos, nesta pesquisa, buscamos pensar a cidade como um lugar de dissimetria radical, um lugar onde irremediavelmente nos deparamos com o *tout autre*, numa espécie de comunhão impossível.

Explanamos até aqui alguns elementos com os quais postulamos as cidades em disrupção, isto é, alguns elementos que acionariam nas cidades sucessivas reconfigurações anamórficas. Uma teoria, pois, que em paridade com tal acionamento, sob o signo da anamorfose, proliferaria as perspectivas possíveis de mirada no objeto que lhe é alusivo, a saber, as urbanidades excremenciais, em cujo aspecto formal, por sua vez, emergem sempre sob aparições informes, sempre por se formar, por se configurar outra vez, continuamente se reconfigurando, de tal modo, assombrando e aterrorizando todos os axiomas utilitários que nas cidades resolutamente se pretendem fundados e logo instituídos. Frente a esses elementos relativos à construção teórica aqui em questão, logo poderíamos postular uma metodologia também pensada sob o signo da anamorfose; pois o objeto mesmo em sua efemeridade substancial é que deve determinar nossa tentativa em abordá-lo. Tratar-se-ia, sob esta perspectiva, de uma metodologia enquanto experimentação, ao invés de indução, desvio; sem a priori cogitável de penetrações intentadas, apenas indicações que no próprio devir da pesquisa vêm a emergir.

Arte Urbana

Ygor de Andrade Araujo

Orientador: Pasqualino Romano Magnavita

Coorientador: -

Mestrado

Ano de ingresso: 2017

A escrita em paredes está presente em quase todos os momentos da história humana, desde as pinturas rupestres de Lascaux, ou até como revelam estudos publicados recentemente onde podem estar na cultura humana há mais de 40 mil anos, surpreendendo a ciência atual e antecipando para o Neanderthal a tendência dos grupos humanos de se expressarem através da pictografia. Essas pinturas feitas inicialmente em cavernas, que pela característica de abrigo humano se aproxima das primeiras arquiteturas de viver (casa), ocupadas numa tentativa de abrigar-se das intempéries da natureza, o 'homem' toma a rocha como arquitetura e na necessidade de demarcar esse locus de uma forma legível a si e a seus iguais, expressa-se nas paredes com cenas do seu cotidiano, que no decorrer da história estará, como expressão, presente através de uma crescente multiplicidade de formas, inseridas nas mais diversas culturas e assentamentos humanos. Podemos dizer que figura como tatuagem na derme da arquitetura, em alusão ao corpo humano, não necessariamente apenas do ponto de vista biológico mas como presença, possibilidade, expressão... marcando a si e a cidade, pois são as pessoas ali presente falando por meio de escritas nas paredes de suas edificações [diferente da tatuagem nesse ponto pois quem faz o pixo ou grafite está marcando além de si, a sociedade e a cidade 'nua'] e futuramente configurando cenário das cidades contemporâneas, que a partir da década de 60 vêem uma crescente expansão da técnica por todas as culturas no mundo e começa em cada lugar a agregar identidade e possibilitar novas criações, resistências e leituras, sempre em constante movimento de sintonia com as progressões ou regressões da sociedade, figurando um rebatimento dos fatos ou desejos por meio da pintura urbana, compondo uma dimensão de saberes que por longos períodos ficam invisíveis, invisibilizados ou pela efemeridade própria da obra, ecoam apenas no subjetivo, mas que em cada momento pode acrescentar ao contexto das sociedades e do urbano uma possibilidade de entendimento de como nos relacionamos com nossos lugares de vida e quem sabe atualizar os planos de urbanização a fim de democratizar o espaço a todos de maneira mais igualitária e participativa possíveis, dentro do processo da construção das cidades em comum com anseios e suas demandas reais. A presença do grafite e pixo surpreendentemente marca praticamente todas as cidades do mun-

do, mostrando que ela é além do que planejaram os urbanistas utópicos de todas as eras passadas com suas plantas e planos em grades e setores, que não são nem de longe fronteiras ou contenções para a vida dos que ali vivem ou viverão, reforçando que estamos em processo de aprender a urbanizar de acordo com quem realmente frui da cidade para que esta não vire barreira ao progresso e sim ferramenta deste, com mais inclusão e liberdades individuais e direito a diversidade e multiplicidade coletivas expressas no urbano.

Esta pesquisa tenta dissertar acerca da presença da arte urbana nas cidades numa perspectiva, de do ponto de vista urbanístico, de tentar entender a cidade através das suas produções comuns, diversas, reais e outras, enfrentando o traçado segregador e hegemônico, afim de tencionar o modo atual de planejamento que se propõe participativo mas que constantemente se incorpora na cidade de maneira questionável do ponto de vista democrático. Usam-se os termos Pixo e Grafite pois aqui interessa a dicotomia binária que surge no Brasil entre o oficial e não oficial, hegemônico e transgressor, o aceito o não aceito e o eterno BaxVi que repercute na mídia e na sociedade definindo culturas e enfrentamentos diversos, como acontece por exemplo nas questões da propriedade privada e espaço público. Por fim, ao definir em Salvador, o bairro do Rio vermelho como recorte da cidade para o estudo, pela sua característica de local de convergências múltiplas inclusive de recentes intervenções urbanas feitas pelo poder publico, e local de uma enorme produção de arte urbana, compondo quase como um grande museu a céu aberto das artes publicas e livres da Bahia, afim de entender as relações entre artista, coletivos, sociedade, poderes e cidade, tencionando e tracionando as possíveis tangentes de luz que apontem para novos caminhos e possibilidades de pensar e construir uma cidade de maneira a garantir pleno acesso e participação cidadã na urbe.

Ao longo do processo de desenvolvimento da escrita, da arquitetura e da organização social em cidades, temos um diverso e complexo cenário artístico possível em cada lugar do mundo, as artes que podem ser entendidas como primárias ao atual grafite (pintura rupestre, inscrições de

freis em portas de adversários, escritos nas paredes de Pompéia, hieróglifos egípcios, incrustações em pirâmides maias, textos sumérios etc.) espriam-se na diversidade de técnicas e conceitos, mas quase todas tensionam e convergem, através de sua presença no espaço para o viés dos embates entre domínio versus dominado, oprimido versus opressor, rei versus súdito, e conversam em alguns pontos com as artes urbanas da contemporaneidade e com as questões de demarcação de territórios que são expressos pelas culturas humanas e pelos sistemas de poder.

Hoje a especulação imobiliária faz sua demarcação territorial através da disputa de lotes valiosos estrategicamente dispostos, segundo a lógica do mercado, em locais da cidade que são “regados” por um maior número de infra-estruturas urbanas, contrastando com os bairros afastados e as favelas a qual restam apenas o transporte publico ineficaz como possibilidade de acesso aos núcleos da cidade, confirmando uma lógica de traçado urbano totalmente segregador, e que tem, mesmo com os avanços das políticas de habitação como a criação do estatuto da cidades e planos diretores, a prática ainda falha em relação aos objetivos propostos, como é o exemplo da gentrificação que ocorre nesses locais revitalizados recentemente. A Arte urbana é como um desses processos que acontecem na cidade e só depois são integrados totalmente a ela e aos debates de quem a produz oficialmente como o poder publico o poder privado e, inicialmente sendo em algumas cidades crimes contra o patrimônio, *é também em partes aceita e tida como oficialmente aclamadas* pelo publico de arte e pelo publico, que trouxe para dentro do hall de artistas tradicionais, grafiteiros e excluiu como vândalos os pixadores, processo que inicialmente era tido apenas como *vandalismo* se dividiu binariamente em debates aqui no Brasil, principalmente em São Paulo com essa diferenciação entre pixo e grafite, ambas surgidas de uma coisa só, mas que cooptadas a fim de disputa, fez de si mesma sua oponente.

Referências

COUY, V. B. *Mural dos nomes impróprios*: ensaio sobre grafito de banheiro. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005. link.

MARCHE, Guillaume. *Expressivism and Resistance*: Graffiti as an Infrapolitical Form of Protest against the War on Terror. *Revue française d'études américaines*, n° 131, 2012/1. link.

LEFEBVRE, H.. *O Direito à cidade*, 1 ed. (1991). São Paulo: Ed. Anthropos, 1991

CAMPBELL, J. *O Poder do mito*. 29 ed. (original de 1988). São Paulo: Palas Athena, 2012.

MANCO, T.; LOST ART; NEELON, C. *Graffiti Brasil*. London: Thames& Hudson, 2005.

MARIYAMA, V. *Estética Marginal*: Nova Escola – Vol. 01. São Paulo: Zupi, 2009.

SILVA-e-SILVA, W. da. *Graffitis em múltiplas facetas*: definições e leituras iconográficas. São Paulo: Annablume, 2011.

CERTEAU Michel de. *A invenção do cotidiano*: vol. 1, Artes de fazer, Petrópolis, Vozes, 1994.

(Sem título)

Gaio Matos

Orientador: Pasqualino Romano Magnavita

Coorientador: -

Doutorado

Ano de ingresso: 2017

Como estudo de caso, do complexo de Sobradinho até a sua foz, o Rio São Francisco abriga uma relação tensa com os mecanismos de contenção e abertura em processo no desenho do seu curso como barragens, projetos de transposição, canalizações dentre outras dobras. Mesmo com todos os desvios e contenções de natureza diversa, o São Francisco escapa e segue seu curso até o mar. Os efeitos sentidos por populações e cidades submersas ou banhadas por suas águas neste processo, são permanentes e semantizam essas transformações, deslocamentos, e por cadeia, evocam a produção de novos sentidos e subjetividades, memórias e histórias destas cidades. Os espaços liberados pela multiplicidade de forças presente, especialmente no caso da cidade de Rodelas engolida pelo Rio São Francisco por conta da Barragem de Itaparica, levantam algumas questões. De que forma os sentidos espaciais se estabelecem? Como e quem tem o poder de transformar os espaços em lugares? Como lidar com a paisagem de uma cidade submersa e a reconstrução de seus espaços e memórias? Como situar uma produção de arte num lugar dominado por oscilações e instabilidades espaçotemporais? Para um estudo que trata da influência dos desvios e intervenções no curso do Rio São Francisco e as transformações socioespaciais deflagradas na cidade de Rodelas, nada se compara à experiência do trabalho de campo. Entendendo que não é neutro, esta postura por parte do pesquisador decide por colocá-lo em risco, experimentar, entrar em conflito com o objeto de estudo e inserir-se nas relações de forças se misturando aos hábitos e atividades do dia a dia dos habitantes do espaço investigado. Esta intensificação e atenção à pertinência das histórias, sinais e direções, alerta para o problema da reconstrução de Rodelas, suas diferenças e contradições, bem como as subjetividades e memórias de sua população, produzindo um mapeamento humanizado deste espaço trazendo outras perspectivas e abordagens através da produção artística.

Patrimoniologia: o lusco fusco entre hegemonia e emergências

Helena Tuler Creston

Orientador: Pasqualino Romano Magnavita

Coorientador: -

Doutorado

Ano de ingresso: 2016

A pesquisa pretende propor desterritorializações no campo patrimonial, no sentido de tensionar o campo por meio do pensamento rizomático – uma outra forma de pensar, com lógica e conceitos próprios. Esse exercício de trazer o olhar da filosofia para o patrimônio tem por objetivo evidenciar o sistema patrimonial que se configura, e mais: 1. exaltar e incentivar resistências frente às políticas/práticas no âmbito do patrimônio aqui entendido como hegemônico; 2. experimentar/criar abrangências outras de um patrimônio porvir. A tese então se abre, inicialmente, nesses dois pontos fragmentados, porém conectados pelas linhas de fuga a serem propostas.

Ressalta-se que a forma de pensar rizomaticamente emerge a partir da revolução cultural, ocorrida na segunda metade do século XX. Constitui um acontecimento ou emergência¹ (Foucault, 1979), pois traz uma série de princípios específicos em seu plano de imanência. Na imagem do Rizoma, definido conceitualmente por Deleuze/Guattari, são aqui destacados os princípios de multiplicidade e de conexão – o que importa, para além de uma identidade, em si, são as relações infinitas (e potenciais) entre as coisas (sempre em mutação).² Esses aspectos serão fundamentais na problematização aqui proposta ao campo patrimonial, que se ampara, discursivamente, no conceito de identidade.

Justifica-se, assim, a aproximação Rizoma-Patrimônio na defesa de que tal plano de imanência se volta às multiplicidades, inerentes à cidade, enquanto o pensamento binário tende a anulá-las, em sua busca por um discurso consensual e, portanto, homogeneizante. No âmbito das ações, a cidade e, da mesma forma, o patrimônio, como qualquer entidade no atual sistema, se vê entregue ao poder hegemônico. Diante desse quadro, questionam-se: quais os motivos efetivos da preservação; a quê/quem se destina. Senão às multiplicidades, a resposta é clara: à própria manutenção desse poder.

Já na Introdução, será abordada a ideia de patrimônio hegemônico, frente à qual se deslocam outras visões. Ou seja, apresenta-se, minimamente, qual o discurso patrimonial “genérico”, evidenciando o conceito de “ma-

quinaria patrimonial”, conforme defende Jeudy (2005). O patrimônio a serviço da espetacularização das cidades, criando sua marca (*city brand*) e, exatamente, sua “identidade”. O patrimônio como máquina abstrata (Deleuze/Guattari, 1992), axiomática e binária, que trabalha com uma série de dispositivos de poder,³ em prol de axiomas hegemônicos como o capital e a propriedade privada. Ainda de caráter introdutório, serão apresentadas quais desterritorializações enunciadas outrora podem ser atualizadas no campo patrimonial. Esses fluxos de atravessamento serão realizados por autores como Deleuze/Guattari, Foucault, Nietzsche, Benjamin, Le Goff, Riegl, Jeudy, entre outros.

Seguindo, o primeiro fragmento da pesquisa irá destacar as RESISTÊNCIAS em oposição ao saber/poder dominante (Foucault, 1987), evidenciado na introdução. Será feita uma análise ainda binária, provada na Macropolítica. Tais resistências – os contra-saberes/poderes – serão caracterizadas, na pesquisa, por 1.1. aquelas da luta diária, em um perigo mais evidente e contínuo de captura dessas sobrevivências, com as frequentes privatizações de memórias e imaginários; 1.2. as resistências que se apropriaram de instrumentos patrimoniais como “desvios” (Certeau, 1998) na Macropolítica. Os desvios serão incentivados, dando-se força a eles como possíveis “máquinas de guerra”.⁴

O fragmento 2, por sua vez, desloca-se da Macro para a Micropolítica. Visa libertar as percepções e incorporar, através de algumas práticas, a importância das subjetividades em possibilidades de estudo do patrimônio-cidade. O objetivo é chegar em entendimentos outros de patrimônio, através de linhas de fuga e experimentações que possam ser mais coerentes com as multiplicidades e, assim, CRIAR instâncias de subjetivação coletiva,⁵ contribuindo à ética patrimonial.

O ponto de partida neste fragmento serão estudos relacionados à deriva e à cartografia, observados em alguns grupos de pesquisa contemporâneos – uma cartografia das cartografias e derivas. Tendo retomado movimentos anteriores de deriva, a partir desse processo do caminhar, sempre em aberto, as experiências recentes realizadas por esses grupos

voltam-se ao urbano, porém ultrapassam os limites da cidade formal, institucionalizada. Seguem, por vezes, por “espaços lisos” (Deleuze/Guattari, 2008) – aqueles “espaços nômades”, ainda não territorializados, não sedimentados, não fixos, “vetor de desterritorializações” (JACQUES, in CARERI, 2013, p. 13).

Explica-se, assim, a escolha dos estudos junto a esses grupos, em prol de uma desterritorialização, em correspondência, no entendimento do patrimônio-cidade. Poderiam os espaços lisos serem tidos como patrimônio? Incorporá-los dessa forma pode contribuir para aberturas nos processos de micropolítica, ou seja, na própria formação subjetiva acerca do que é o patrimônio para um indivíduo e/ou coletividade.

Com a abordagem apresentada, fica claro que, na tese, serão diversos os atravessamentos, desterritorializações (e reterritorializações). Dessa forma, serão fundamentais os registros de todo o processo, as rupturas e conexões, o movimento transversal entre uma coisa e outra, para além de um resultado da pesquisa em si, que, entendido como um produto, seria incoerente com sua própria linha de pensamento, na qual não existe um fim ou uma conclusão.

Notas

1. Foucault (1979), em “Microfísica do poder”, retoma Nietzsche para tratar de genealogia e história, defendendo que esta não se apoia em nenhuma constância. Entra aqui o conceito *Entstehung* – a emergência/acometimento em sua singularidade, o ponto de surgimento, produzido sempre em determinado estado de forças. E o acontecimento como aquele que “cria um possível” (PELBART, 2016, p. 48).

2. Referência na seminal obra de Deleuze e Guattari: “Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia”, escrita em 1980, e publicada em 5 volumes em português, entre 1995-1997.

3. Agamben (2009) usou o termo dispositivos para “...qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres

viventes.” (AGAMBEN, 2009, p. 40). Segundo o filósofo, Foucault, inicialmente em “A arqueologia do saber”, de 1969, usa o termo “positivité” de forma etimologicamente semelhante. Os objetivos de Foucault, nas palavras de Agamben, teria sido investigar os modos concretos em que as positivities (ou dispositivos) agem nas relações, nos mecanismos e nos “jogos” de poder. (AGAMBEN, 2009, p. 33) Ou seja, ambos defendem que os sujeitos, e sua “produção”, estão sempre sujeitados a um poder.

4. O conceito “Máquina de Guerra” é um dos grandes agenciamentos antropomórficos definidos por Deleuze e Guattari (1995). Não se deixam sobrecodificar pelo Aparelho de Estado, estando, exteriores a ele e produzindo para além do mesmo. Constituem, por conseguinte, resistências ao hegemônico.

5. Termo utilizado por Guattari (1992).

Disputas no limiar mar-cidade: Investidas sobre o território marítimo de Salvador

Janaína Lisiak

Orientador: -

Coorientador: -

Colaboradora

Ano de ingresso: -

A cidade se constrói a partir de disputas entre a cidade planejada e a existente, constituída pelo choque entre os mais diversos elementos e as dinâmicas tecidas entre elas. Nesse jogo de relações, os espaços urbanos são pensados, projetados e, por vezes, materializados.

Salvador é uma cidade que se constrói por essas tensões nos seus mais diversos territórios. Aqui, foco nos embates tecidos na relação entre o mar e a cidade. O enfoque nessa zona se dá pelas diversas investidas que ocorrem ao longo do tempo, desde a constituição da cidade. Nas ocorrências mais contemporâneas, percebe-se uma reconfiguração da valorização social do mar (SOUZA, 2014) onde não se almeja somente a proximidade física com a praia como espaço de lazer, mas também com a possibilidade de vista ao mar dentro de sua própria residência.

Salvador, assim como o Brasil, é fruto da investida colonizadora de Portugal, e possui no seu âmago uma aproximação com o mar. Inicialmente construída como espaço de salvaguarda, esta vem a se desenvolver como uma cidade mercantil. O mar se torna local de chegada e saída de produtos e pessoas, mas também um espaço de subsistência tradicional pela cultura extrativista da pesca e da mariscagem.

Estas últimas em específico são práticas (CERTEAU, 1998) que perseveraram no espaço urbano de Salvador até hoje. Enfrentam, contudo, uma série de investidas para o desmonte, nos mais diversos recortes territoriais. É, portanto, sobre este aspecto que este trabalho busca se debruçar: as disputas territoriais nas zonas limiaries do mar-cidade a partir das práticas cotidianas dos ofícios tradicionais marítimos.

A partir de Walter Benjamin, entende-se que esses territórios são zonas limiaries:

O limiar [Schwelle] deve ser rigorosamente diferenciado da fronteira [Grenze]. O limiar é uma zona. Mudança, transição, fluxo estão contidos na palavra *schwelen* [inchar, entumescer], e a etimologia não deve negligenciar esses significados. (BENJAMIN, 2007, p. 535 apud GAGNEBIN, 2014, p. 34)

Os limiares mar-cidade se encontram atravessados por novas investidas de processos de transformações urbanas. Trazendo em seu bojo o discurso de valorização do patrimônio histórico, da memória e da história, as propostas mostram como esse reconhecimento ocorre de forma seletiva - em prol de patrimônios específicos, grupos de práticas tradicionais, que ocupam esse limiar marítimo, são acometidos por enframamentos. A disputa, para além da espacialidade material, se encontra no que constitui a memória urbana, o patrimônio imaterial, e aquilo que constitui a história da cidade.

Procurando, atualmente, me aproximar de duas localidades onde existem investidas diretas e transformações urbanas realizadas por órgãos governamentais: a Gamboa de Baixo e região do Subúrbio Ferroviário, mais especificamente a região da antiga fábrica de óleo de mamona no Lobato. A partir dessas disputas entende-se que esses territórios em borda marítima são zonas limiares entre a terra e o mar onde existem urbanidades não compreendidas e/ou não consideradas na hora de se pensar e planejar o espaço urbano. O urbanismo hegemônico, ao propôr materializações nas bordas marítimas, aponta leituras superficiais sobre as dinâmicas existentes nos territórios sobre os quais se lançam as investidas. Transformações urbanas, que operam pela lógica do consumo, pautadas em interesses privados, através da “criação de consensos legítimos de enunciados dominantes já conhecidos e pré-estabelecidos.” (JACQUES, 2015, p. 74).

Portanto, busca-se apontar urbanidades outras que, através da prática dos ofícios tradicionais marítimos, tecem relações espaço-tempo na cidade que, por vezes, não operam na lógica das investidas de transformações urbanas. Práticas de cotidiano que não abarcam somente o aspecto econômico; desdobram relações sociais, racionalidades alternativas, pela relação imbricada dos saberes populares, da estrutura econômica, de memórias e histórias. Esse imbricamento revela, portanto, algumas especificidades que constituem Salvador e a sua relação com o mar.

São relações construídas a partir da vivência do corpo, permeadas por

tempos outros, constituintes de um saber físico, histórico, difundido pela oralidade. Constituem práticas históricas pertencentes ao arcabouço cultural histórico brasileiro, e são, portanto, ofícios que pertencem ao patrimônio brasileiro.

Marinheiros de um mar interno quase tão impetuoso como o seu irmão, Oceano, marinheiros de rios mais calmos que se afundam como dedos para o interior das terras, amam os cais de sua cidade, as praias de sua baía. Pescadores ou transportadores de bens, conhecem as inúmeras riquezas de sua terra e sabem das traições de suas águas, de seus céus. Vivem do ritmo próprio dessas terras internas das quais conhecem a imensidão e as necessidades. (MATTOSO, 1978, p. 61 apud ARAÚJO, 2011, p. 60)

São sujeitos que, a partir de suas práticas persistentes na cidade, tecem uma relação entre o mar e a cidade, “contestam e abalam as simplificações e reduções das operações historiográficas e também patrimoniais sobre os processos de urbanização.” (JACQUES et al, 2017, p. 335) As práticas dos ofícios tradicionais remanescentes apontam para conhecimentos outros do território, assim como a tessitura de outras urbanidades, construídas em um tempo cotidiano outro que não aquele que opera pela lógica do mercado financeiro globalizado.

Nesse cenário de disputas urbanas, no qual as políticas de gestão territorial aponta para a contemplação de interesses privados, territórios populares e/ou tradicionais são pressionados para o seu apagamento. Espaços onde culturas e ofícios tradicionais ocorrem e persistem, e que são, por vezes, colocados sob a estigma da degradação, da sujeira, da violência, a fim de legitimar as medidas de expulsão. São, portanto, territórios que nos mostram como a cidade abarca possibilidades diversas de modos de fazer e produzir o espaço. Discutir como se pensa e produz cidade se apresenta como uma ação potente para a construção do campo da arquitetura e do urbanismo, principalmente quando técnicos e profissionais legitimam o apagamento dos espaços de cultura popular tradicional.

Referências

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. In: CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio. (org.) *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 49-67.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Limiar, aura e rememoração: Ensaio sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Editora 34, 2014. 272 p.

JACQUES, Paola Berenstein. Montagem Urbana: Uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra; DRUMMOND, Washigton (Org.). *Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea*: Tomo IV: Memória narração história. Salvador: Edufba, 2015. p. 47-94.

_____. et al. Temporalidades. In: BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein (org.) *Corpocidade: Gestos Urbanos*. Salvador, EDUFBA: 2017.

SOUZA, Luiz Antonio de. *O Urbanismo na interface do turismo: Usos e apropriações especulativas do litoral da Bahia*. 442 p. 2014. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

Planos urbanísticos para a Ufba

Fabio Pina de Souza

Orientador: Luis Antonio de Souza

Coorientadora: Junia Cambraia Mortimer

Mestrado

Ano de ingresso: 2016

A presente pesquisa traz estudos projetuais para a UFBA enquanto objeto entre os anos de 1947 a 2005 e se propõe a olhar esses estudos de modo a compor uma narrativa da trajetória dessa Universidade. Dessa narrativa proposta, acredita-se que seja possível extrair problematizações acerca do que essa pré-existência física traz de tensionamento para a universidade contemporânea.

Em 1º de julho de 1947, foram enviadas duas cartas (uma de autoria de Diógenes Rebouças e outra de autoria de Jayme Cunha da Gama e Abreu) e um parecer técnico do EPUCS, como resposta da Comissão para Estudos da Localização e Construção da Cidade Universitária da Bahia¹ para o então presidente da comissão e reitor da UBA, o professor Edgard Santos. Esse documento se posiciona em defesa da implantação da Cidade Universitária nos terrenos da “Boa Vista”, às margens do Dique do Tororó. Ao que tudo indica, esse material foi o primeiro esforço de unificação territorial da Universidade, tendo sido anexados ao mesmo “esboços, desenhos e fotografias que o ilustrem, esclarecendo a topografia e o aspecto paisagístico da região, elucidando as razões de sua preferência”. Das peças gráficas, pode-se notar o traçado racionalista e geométrico das vias, a retirada da ocupação pré-existente como uma “oportunidade, finalmente, para uma corajosa e honesta experiência de revalorização da camada mais pobre da população da cidade”, a ocupação por pavilhões dispersos no terreno que, por vezes, não se adequa à topografia local. É do esforço de analisar esse material e os demais estudos que se propõe, esse trabalho, a tentar remontar a história da UFBA. [CITATION REB47 \l 1033]

A trajetória da UFBA, desde sua formação, deixa vestígios propositivos de uma diversidade de universidades que nunca foram consolidados integralmente. Desses vestígios, que remontam a formação da universidade, o período da ditadura militar no Brasil e a redemocratização do país, foram levantados nove estudos, mas nem todos são compostos por rica documentação. Alguns deles dispõem apenas de peças gráficas, o que dificulta uma análise mais detalhada dessa trajetória.

Dos nove estudos citados, apenas três se destacam por trazer outros materiais além da peça gráfica de proposta espacial, como o estudo do EPUCS, o estudo do ETA e a proposta para um Plano Diretor da UFBA de 2005. Sobre esse último, ressalta-se que o processo de definição do plano não foi finalizado, tendo sido interrompido em uma etapa na qual foram geradas três diferentes propostas para discussão popular, sendo que a proposta escolhida dentre as três seria posteriormente desenvolvida de forma mais detalhada. Esse processo, no entanto, foi interrompido.

A proposta de criar uma narrativa a partir de um esforço de relacionar os estudos espaciais da UBA/UFBA com a universidade proposta pelos mesmos busca levantar questões que contribuam para problematizar as formas de construir a universidade atual, sempre buscando meios de consolidá-la enquanto universidade pública, apesar dos diversos golpes que as universidades federais vem sofrendo e que ameaçam a sua autonomia.

Notas

1. Comissão formada pelo Ministério da Educação e Saúde, sob liderança do ministro Clementi Mariani.

Referências

REBOUÇAS, D., & GAMA E ABREU, J. C. (1947). *Cartas do EPUCS para o reitor Edgard Santos*. Salvador, Bahia, Brasil: Fundação Gregório de Mattos.



**pesquisas
coletivas**
(ordem de apresentação)

Arquivo Laboratório Urbano

Eduardo Rocha, Janaína Bechler, Bárbara Rocha, João Caribé e Marcelo Marques, Ygor de Andrade

Neste novo momento da Pesquisa Arquivo – iniciado em Julho de 2017 e coordenado por Eduardo Rocha e Janaína Bechler, com a participação de dois alunos bolsistas da graduação, João Caribé e Marcelo Marques (PIBIC/cnpq e PET IHAC/UFBA), e de uma aluna do mestrado do PP-GAU/UFBA, Bárbara Rocha – focamos na ideia de “Experiência Urbana” e na produção de “Narrativas Urbanas”, para explorarmos a construção de conhecimento no campo do Urbanismo que deste grupo de pesquisa deriva. Buscamos os aparecimentos destas ideias nas publicações e trabalhos defendidos pelos membros deste Laboratório, suas vizinhanças, conversas, referências, tensionamentos e recortamos fragmentos dos diversos textos, descontextualizando-os, para fazer e ver surgir novas relações pelas conexões criadas na pesquisa entre as diferentes partes.

Fragmentação e montagem são a metodologia da Pesquisa Arquivo_Laboratório Urbano por acreditar que essa maneira de relacionar os elementos presentes no arquivo desse grupo de pesquisa pode gerar novas construções do pensamento a problematizar o campo do urbanismo e da história das cidades tensionando formas de narração sobre a cidade. Como procedimento, aproxima-se da prática do colecionador, ou do catador, tão caras aos teóricos Aby Warburg e o próprio Walter Benjamin. Benjamin tinha um projeto de historiografia calcado no colecionismo, cujo ato descontextualiza os objetos para inseri-los em novas ordens, que serão montadas a cada vez, por cada “tempo presente”; por outro lado, era inspirado na figura do catador, que se volta para o esquecido, o considerado inútil.¹ Esse material fragmentário coletado devia ser aproximado segundo o princípio da montagem, montagem literária conforme ele nomeou: “como o alegorista-colecionador barroco, ele se volta para o pequeno e aparentemente sem importância para construir seu painel móvel do século XIX. Este é o cerne da ética da apresentação haurida por Benjamin” (SELIGMANN-SILVA, M. 2010 p 62).

Essa metodologia nos atrai por ser uma maneira de construção experimental do conhecimento que instiga a imaginação e a fabulação de narrativas urbanas outras, quando promove o encontro de distintos fragmentos deixando aparecer o “entre”, o que não está em nenhum dos

fragmentos do jogo, mas na relação travada no encontro deles, como pedra fundamental da produção em questão, fugindo, assim, das amarras metodológicas tradicionais do conhecimento científico. Pelo crédito atribuído à heterogeneidade de conexões díspares como *modus operandi* do pensamento, essa pesquisa se aproxima mais da complexidade constituinte da experiência da cidade contemporânea e produz vida e movimento ao arquivo do Laboratório Urbano.

Notas

1. SELIGMANN-SILVA, M. A atualidade de walter Benjamin e de Theodor W. Adorno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Urbanidades Liminares

Thaís Troncon Rosa, Anna Raquelle Edington Anselmo da Silva, Bruna Menezes, Janaína Lisiak, Rafaela Izeli

Tomando como referência empírica as transformações ocorridas nas cidades brasileiras nas últimas décadas, este projeto propõe pensá-las a partir de margens e limiares, perscrutando suas dimensões socioespaciais e, sobretudo, os meandros da conformação de distintos “regimes de urbanidade” a serem considerados analítica e politicamente. Nesse sentido, procura tensionar, a partir de pesquisa de campo de caráter etnográfico em Salvador - BA, tanto a perspectiva totalizante de “cidade” que orientaria as concepções originárias - e seus desdobramentos contemporâneos - de “favela” e “periferia” e as abordagens dicotômicas sobre as cidades dela decorrentes (calcadas em categorias como “cidade informal” ou “cidade ilegal”), quanto a perspectiva etnocêntrica que encara tais configurações e dinâmicas urbanas exclusivamente pela chave da “ausência” e que culminaria em proclamá-las “o avesso da cidade”. Para tanto, investiga trajetórias urbanas de moradores, trabalhadores e/ou praticantes das “margens” da cidade (atentando aos deslocamentos históricos e cotidianos, voluntários ou compulsórios que as constituem), bem como os cruzamentos, tangenciamentos ou desencontros com as políticas, planos e intervenções urbanas, habitacionais e sociais.

Considerando que a pesquisa não se propõe a investigar um único objeto circunscrito em si mesmo, mas, antes, processos e tramas de produção de urbanidades nas margens da cidade, trata-se de uma abordagem relacional, em que o foco da pesquisa direciona-se, portanto, para o objeto em sua dinâmica: este não é tido como algo dado, estático; é, sobretudo, construído no decorrer da própria pesquisa (aí incluídos seus delineamentos espaciais e temporais). Espera-se, portanto, dar continuidade a uma reflexão sobre dinâmicas de produção do que vimos chamando “urbanidades liminares”, possibilitando desnudar as aproximações e disjunções entre saberes e dispositivos técnicos de planejamento e gestão urbana (e social) e saberes, práticas e narrativas de produção de cidade e urbanidade em ato, alargando e fortalecendo campos de reflexão crítica que se somem aos ainda escassos estudos urbanos que vêm se atentando à existência de múltiplas maneiras de “fazer cidade”.

Imaginários e Visibilidades: práticas urbanas em fotografias soteropolitanas (1940-1970)

Junia Mortimer, Washington Drummond, Cícero Menezes, Janaina Chavier, Adele Belitardo

Este projeto propõe pesquisar imagens presentes no arquivo de Aracy Esteve Gomes e José Esteve, em busca daquelas que entendemos como questionadoras de um determinado modelo hegemônico de narração da história da cidade como espaço moderno da ordem, da eficiência e do funcionalismo. Em que medida essas imagens disparariam modos de pensar que nos possibilitariam explorar dimensões narrativas da cidade, talvez pouco presentes em historiografias urbanísticas de Salvador e da Bahia? Nesse projeto, vamos tomar, portanto, fotografias deste arquivo como nosso ponto de partida. Elas serão nosso “lugar de problematização” num campo de estudos expandido que se dedica a discutir espaço, sociedade e cultura, na perspectiva da história da cidade e do urbanismo; mas com implicações também para o campo da fotografia, das artes visuais e do imaginário. Procuraremos por aquelas imagens que desestabilizam uma determinada tradição urbanística dominante baseada em valores urbanísticos modernos. Nossa hipótese é a de que essas imagens podem fazer emergir modos de compreensão e produção de cidade e de sua história muitas vezes desconhecidos porque recalcados por um discurso visual ou urbanístico modernos predominantes. Esses outros modos acessados pela produção fotográfica são igualmente constitutivos da malha da urbanidade, ainda que invisíveis na historiografia urbana, e, ao emergirem hoje segundo a natureza fantasmática que caracteriza o visível, podem promover reconfigurações no nosso modo de produção e compreensão da cidade.

Cronologia do pensamento urbanístico: campos de debates sobre moderno, popular e participação

Subgrupo moderno: Dilton Lopes, Gabriela Rabelo, Igor Queiroz, Janaína Chavier, Leonardo Morais, Paola Berenstein Jacques

Subgrupo popular: Elisa Lago, Fabio Pina, Junia Mortimer, Leandro Cruz, Leonardo Vieira

Subgrupo participação: Bárbara Rocha, Clara Passaro, Janaína Lisiak, Marina Muniz, Rafaela Izeli, Thais Troncon Rosa

O projeto de pesquisa Cronologia do Pensamento Urbanístico é realizado desde 2003 pela colaboração entre o Laboratório de Estudos Urbanos (PROURB/FAU-UFRJ) e o Laboratório Urbano (PPG-AU/FAUFBA), agregando posteriormente a contribuição de outros grupos de pesquisa: Centro Interdisciplinar de Estudos sobre Cidade (IFCH-Unicamp), Cosmópolis (UFMG) e Labeurbe (PPG/FAU-UNB). A pesquisa é centrada na historiografia do pensamento urbanístico com foco na circulação de ideias, e tem por objetivo principal subsidiar uma história intelectual do urbanismo, de modo a trazer novas perspectivas de análise e novos recortes no movimento de revisão historiográfica em torno desse campo disciplinar. Sua ambição mais relevante não é desenvolver simplesmente uma linha do tempo propriamente dita mas, graças também à linha do tempo, chamar a atenção para a circulação sistêmica e, muitas vezes, sincrônica ou anacrônica, de dados entre determinados círculos urbanísticos, formando vastas redes de intercâmbio (e também de disputa ou conflito) intelectual, acadêmico, científico e artístico que atuam de maneira complexa.

O site da Cronologia do Pensamento Urbanístico é uma ferramenta que permite cartografar e historiografar essas redes complexas que constroem e constroem o pensamento urbanístico. Atualmente estamos buscando situar melhor, de forma coletiva, nosso esforço dos últimos anos, tanto dentro da historiografia do urbanismo no país, quanto nos debates mais recentes do campo da história, em particular da teoria e metodologia da história, ampliando assim a discussão para outros pesquisadores que trabalham com história urbana, das cidades e do urbanismo. Faz parte deste esforço o livro “Nebulosas do Pensamento Urbanístico: Modos de Pensar”, lançado em março de 2018, no qual exploramos aspectos teórico-metodológicos da pesquisa. O segundo tomo deste livro, “Modos de fazer”, ainda a ser lançado, buscará reunir as contribuições particulares das diferentes equipes ao usar a Cronologia do Pensamento Urbanístico como instrumento.

Na equipe da UFBA, a pesquisa coletiva Cronologia do Pensamento Urbanístico tem sido desenvolvida, nos últimos dois anos, a partir de três equipes coordenadas por professoras da FAUFBA vinculadas ao Laboratório Urbano. A partir de um projeto comum, cada equipe o tem desdobrado

segundo três campos de debates distintos, mas articulados entre si: em torno do “moderno”; do “popular”; e da “participação”. Estes campos de debates foram delineados a partir daquilo que denominamos pontos de inflexão do pensamento urbanístico, os quais já vinham estruturando o desenvolvimento da pesquisa, sendo foco de pesquisa dos bolsistas de iniciação científica e seus tutores (mestrandos e doutorandos).

O debate sobre o moderno foi pautado anteriormente na Cronologia a partir dos *Pontos de Inflexão* “a(s) Carta(s) de Atenas(s)”, “a emergência do grupo Team X”, “as Exposições do MoMA” e o “curso para o Plano Piloto de Brasília”. A tentativa de reuni-los num campo de debates sobre o moderno, pretendia provocar o embate (a partir de convergências ou divergências; similaridades ou oposições) entre formas de pensar, práticas projetuais, fatos e eventos que conformassem as “nebulosas” do moderno, ou o que poderíamos denominar “os vários modernos”. Seja às margens ou mesmo de dentro desses acontecimentos, considerados fundamentais para o entendimento do momento histórico de construção do próprio campo disciplinar do urbanismo, o nosso esforço seria o de cartografar e apontar nas disputas históricas, as contradições e divergências, por vezes omitidas da historiografia oficial. Nesta busca por estes vários modernos, através dos eventos, das posições ideológicas dos arquitetos, das versões de documentos e projetos, que frequentemente nos são apresentados destituídos de contradições e mostram somente seus resultados como algo achatado, numa visão equilibrada e pacificada da história, mesmo que muitas vezes rica em princípios. A partir destas interrupções, como poderíamos explicitar as contradições e ambivalências de outras lógicas que disputavam de dentro, as noções comuns da ideia de modernidade? Poderíamos assim reivindicar as diversas noções de moderno, não como a visão monolítica do moderno disseminada pela historiografia oficial?

No campo de debates sobre o popular, propomos explorar esse termo como tônica de uma nebulosa de acontecimentos que, ao confrontar as proposições críticas do Moderno, faz emergir distintas abordagens da mesma palavra. A noção de popular, no contexto do pensamento urbanís-

tico do pós-guerra ocidental, desliza num território lexical que incorpora expressões diversas: *vernacular, artesanal, comercial, industrial, universal e regional* são apenas algumas delas. Esse campo de debates gravita em torno de três pontos de inflexão: a publicação de “Aprendendo com Las Vegas”, em 1972, de Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steve Izenour; a criação do Museu de Arte Popular, em 1963, em Salvador, Bahia, por Lina Bo Bardi, e a publicação de “O interior da história”, em 1990, de Marina Waisman. Essa tríade inicial de acontecimentos configura um campo de forças onde encontramos: a) o substrato crítico para explorar o popular enquanto *pop*, isto é, atrelado à dimensão simbólica de um ordinário comercial, numa sociedade industrializada inserida na dinâmica econômica do consumo de massa; b) a noção de popular no universo semântico e político dos processos vernaculares, do artesanato e da arte popular, num contexto de sociedade em vias de industrialização; e c) a ideia de popular como potência dissidente das margens, agente de transformação que se vê não tanto como periferia tampouco como centro, e sim como região, entidade cultural dotada de autonomia, inserida numa rede de relações não-hierarquizadas.

O “campo de debates em torno da participação” desdobra-se de investigações anteriores realizadas no âmbito da Cronologia do Pensamento Urbanístico. Desde 2009, pelo menos, o “tema” da participação esteve pautado na pesquisa, associado a outros “marcadores temáticos” que orientavam, então, as investigações, como habitação, favelas ou movimentos sociais urbanos, os quais se propunham a evidenciar “as contraposições e/ou resistências aos processos ensejados pelo pensamento hegemônico no campo do urbanismo”, investigando acontecimentos que aportavam “alternativas” a partir de uma perspectiva crítica ao movimento moderno. No contexto de transformações metodológicas no interior da própria Cronologia, em que se estabeleceu a continuidade das investigações a partir de “pontos de inflexão”, apenas um dos pontos elencados faria convergir algumas destas reflexões em torno da participação: aquele intitulado “Urbanização da Favela Brás de Pina”. A partir deste único ponto de inflexão, a subsequente perspectiva metodológica e epistemológica das “nebulosas” possibilitou não apenas recobrar sua ar-

ticulação às investigações realizadas anteriormente, como também evidenciou um campo de debates (e disputas), no pensamento urbanístico, em torno da ideia de “participação”, o qual se mostrou indissociável dos próprios debates em torno do “moderno” e do “popular”. Neste último ano, pautando-nos não mais pela ideia de pontos de inflexão, mas assumindo a própria construção de uma nebulosa que possibilitasse apreender alguns contornos, adensamentos e esgarçamentos deste campo de debates como estratégia metodológica principal, centrando atenção nas possíveis relações que dessa perspectiva se delineariam, vimos trabalhando no sentido de: percorrer a historiografia hegemônica buscando cartografar as visibilizações/invisibilizações das perspectivas e experiências críticas frente ao moderno (e sua herança imposta) que tem em diferentes acepções de “participação” alguma forma de ancoragem; identificar outras abordagens consideradas “menores”, perscrutando alargamentos do debate teórico e historiográfico em torno da questão da participação; identificar/elencar acontecimentos e relações que configuram esse campo de debates, dando corpo à nebulosa; investigar, de forma mais aprofundada, alguns destes acontecimentos/relações, visando a construção de verbetes para o site. Se, por um lado, buscamos percorrer os múltiplos sentidos dos debates internacionais e seus entrelaçamentos aos nacionais, por outro, intentamos apreender a polissemia da noção e os sentidos nada unívocos dos discursos e práticas que se evidenciam a partir deste campo de debates. Em geral abarcados sob adjetivos como “alternativos”, um dos aspectos que se poderia destacar, para além das invisibilizações promovidas pela historiografia hegemônica, diz respeito às homogeneizações destes acontecimentos, a partir da eleição (e subsequente reprodução) de alguns que acabam por se tornar quase icônicos, numa espécie de ‘concessão’ historiográfica. Nesse sentido, mais do que visibilizar acontecimentos (o que também se faz premente), o estabelecimento das relações que delinham este campo de debates e conformam sua nebulosa, intentam cartografar aproximações, convergências e trocas, mas sobretudo embates, polissemias e heterogeneidades que o conformam, contribuindo para alargar suas possibilidades historiográficas e fortunas críticas no país.

organização

Eduardo Rocha
Janaína Becheler
Janaína Lisiak
Rafaela Izeli

diagramação

Janaína Lisiak
Rafael Izeli



laboratório urbano